

## O ESTADO DOS DADOS PARA AVALIAR POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL<sup>1</sup>

FÚLVIA ROSEMBERG<sup>2</sup>

Em 1976, Maria Machado Malta Campos, depondo sobre a situação das creches no país, junto à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Mulher, afirmava: "A instituição creche não está bem definida nas estatísticas e cadastros oficiais, onde se confunde com escolinhas maternas funcionando em meio período berçários de hospitais, asilos e abrigos para menores delinquentes" (Campos, 1978, p. 51). Nestes quase 25 anos, o estado dos dados sobre educação infantil, com certeza, melhorou muito. Não mais confundem-se informações sobre creche com berçários de hospital. Porém, o campo apresenta ainda uma grande complexidade conceitual, um desencontro entre diretivas institucionais, legais e prática cotidiana cristalizados através de uma histórica política de irmão caçula e pobre do sistema educacional brasileiro: caçula porque a creche recém entrou na legislação educacional brasileira; pobre em decorrência dos recursos que lhe vêm sendo alocados, de sua vinculação estreita com a assistência social, e por isso, no Brasil, sinônimo de serviço destinado a usuário pobre.

Após a Constituição de 1988, considera-se que a educação infantil constitui o nível educacional anterior à escolaridade obrigatória, sendo integrada pelas creches que acolheriam

---

<sup>1</sup> Este artigo foi realizado no contexto da pesquisa **A expansão da educação infantil e processos de exclusão**, realizada em colaboração com Regina P. Pinto e que contou com o apoio da FAPESP (Rosemberg, 1997) e do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).

<sup>2</sup> Pesquisadora do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas e Professora de Psicologia Social da PUC-SP.

crianças até os 3 anos e pelas pré-escolas que acolheriam crianças entre 4 e 6 anos e 11 meses, dado que o ensino obrigatório seria destinado a crianças a partir dos 7 anos. Esta conceituação, retomada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) – que, além disso, instituiu a educação infantil como primeira etapa da educação básica –, se complexifica na prática cotidiana por três razões: antes do ensino fundamental, além de creches e pré-escolas, o sistema de ensino criou as “classes de alfabetização”; creches, pré-escolas e classes de alfabetização podem reter crianças acima da idade estipulada para entrada no ensino fundamental (Rosemberg, 1991; 1996); o ensino fundamental vem acolhendo, mesmo antes da promulgação da LDB, mas sobretudo depois da Lei do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério), crianças tendo 6, 5 e até mesmo 4 anos de idade (Rosemberg & Pinto, 1997; PMBH, 1999).

Diante deste quadro — e procurando apreender com maior abrangência o estado dos dados sobre educação infantil no país —, privilegiei, neste artigo, conceituação mais ampla seja na perspectiva das formas de atendimento/educação envolvidas, seja da faixa etária: educação infantil é aquela que, fora do espaço doméstico-familiar e antecedendo o ensino obrigatório, acolhe crianças independentemente da faixa etária do usuário. A amplitude da conceituação decorre do interesse em avaliar o estado dos dados nacionais disponíveis visando o monitoramento das políticas de educação infantil: conceituação ampla permite apreender quão distante o céu está da terra.

O artigo efetua, então, um balanço dos dados coletados ou sistematizados e divulgados pelas principais instituições nacionais que assumem esta função: o IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o MEC (Ministério da Educação e do Desporto)<sup>3</sup>. Além disso, apresenta e discute os principais indicadores estatísticos em educação infantil. O artigo apresenta,

---

<sup>3</sup> Além das pesquisas realizadas por estas duas instituições, é possível encontrar dados nacionais parciais sobre educação infantil na RAIS (**Relação Anual de Informações Sociais**), sobre o (a) docente que trabalha em estabelecimento oficial de educação e na recente Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde – 1996 (BEMFAM, 1997), sobre as alternativas de cuidado e educação de seus filhos usadas pelas mulheres entrevistadas.

porém, uma lacuna: não discute nem apresenta o estado dos dados sobre financiamento e custo. As informações disponíveis são esparsas e complexas o que impediu que conseguisse efetuar um balanço satisfatório.

Ao deslindar o acervo de dados disponíveis, os meandros de suas transformações, as nuances da operacionalização da conceituação de indicadores, principalmente quando se utilizam séries históricas para analisar impactos de políticas de educação infantil, procuro ajudar a constituir aquilo que os franceses, sabidamente, denominam *garde fou*: barreiras estrategicamente colocadas em locais de risco potencial para evitar que desgarrados rolem precipício abaixo.

Este desgarramento é bem mais provável nestas épocas de reforma educacional e avarice na alocação de recursos públicos para a educação infantil. Destaco, em particular, a aprovação e aplicação da Lei do FUNDEF nesta época de carestia, lei que, apesar de destinada ao ensino fundamental, vem tendo e terá impactos na educação infantil, alterando, possivelmente, seu perfil de cobertura, a idade de ingresso e saída de crianças e a qualificação do(a) docente<sup>4</sup>. Para avaliar tal impacto, séries históricas são, então, imprescindíveis. Daí a atenção necessária na transformação da conceituação ao longo dos anos.

O desgarramento é possível, também, quando se utilizam dados contemporâneos produzidos por instituições diferentes. Como não existe, no Brasil, um sistema único responsável pelas estatísticas educacionais, também os indicadores de educação infantil são construídos a partir de dados coletados/sistematizados pelo MEC e IBGE, que realizam pesquisas com diferentes

---

<sup>4</sup> Duas avaliações, publicadas no primeiro semestre de 1999, sugerem que teria ocorrido uma diminuição de matrículas no pré-escolar e classes de alfabetização entre 1997-1998 (UNDIME, 1999). A questão foi discutida na 2ª Reunião das Audiências Públicas da Comissão de Educação, Cultura e Desporto (29 de abril de 1999) destinadas ao debate sobre o Plano Nacional de Educação. As informações aí divulgadas foram divergentes quanto à diminuição das matrículas na educação infantil (comunicação pessoal de Maria Malta Campos). A ausência de informações quanto à idade de crianças matriculadas no pré-escolar, classes de alfabetização e primeiras séries do ensino fundamental nos Censos Escolares de 1997 e 1998 impede que se acompanhe o fluxo de crianças entre estes níveis escolares após implantação do FUNDEF. A expectativa é que dados coletados pela PNAD 98 permitam avaliação mais precisa.

propósitos e apoiadas em diferentes metodologias. Este será o primeiro ponto de discussão.

### **1. Dois sistemas de produção de dados, dois informantes**

Como se tem afirmado, “as informações relativas ao atendimento à criança de zero a seis anos apresentam precariedade tanto no que tange à qualidade quanto à atualidade dos dados (...) É essencial que as mesmas sejam divulgadas, possibilitando o controle, por parte da sociedade, da gestão das políticas públicas implementadas pelas diferentes instâncias de governo” (MEC/SEF/ DPE/COEDI, 1993, p. 26). Um dos maiores problemas que se enfrenta decorre, exatamente, da inexistência de um sistema integrado de estatísticas sobre educação infantil.

As pesquisas realizadas pelo MEC e pelo IBGE que contemplam a educação infantil divergem em vários aspectos: na conceituação de educação infantil, na unidade de investigação usada, no processo de amostragem, no período, na periodicidade e abrangência territorial da coleta e nas variáveis selecionadas, entre outros.

Além disso, cada um destes sistemas de coleta, processamento, ou consolidação de dados também viveu uma trajetória histórica própria, tendo modificado sua prática de investigação através dos anos. Algumas destas alterações podem ser consideradas desvantajosas pelo pesquisador de fora do sistema. Como exemplo significativo pode-se lembrar da mudança introduzida no questionário do censo escolar (dados MEC) que, entre 1994 e 1995, integrou sob a rubrica *pré-escolar* informações sobre *pré-escolas* e *classes de alfabetização*, informações que vinham sendo coletadas separadamente em anos anteriores. Este tipo de alteração dificulta a construção de séries históricas e, especialmente, a avaliação da expansão das classes de alfabetização que, por constituírem fenômeno de criação recente no sistema educacional, são bastante desconhecidas (Barreto, 1995; Dias & Loiola, 1993; Rosemberg, 1991; Rosemberg & Pinto, 1997; Vieira, 1996).

Porém, outras alterações na sistemática de coleta de dados, além de inevitáveis, são benéficas. Aqui, o exemplo mais notável,

nos últimos anos, foi a inclusão da faixa etária acima dos 6 anos na coleta e no processamento de dados sobre matrícula e frequência ao pré-escolar<sup>5</sup>. Esta informação permitiu que se apreendesse o expressivo número de crianças acima dos 6 anos frequentando pré-escola – 1.068.415 em 1997 de acordo com a PNAD –, principalmente residentes negros na região nordeste, evidenciando um desvio importante do sistema educacional, fato que apela por medidas urgentes para sua superação (Rosemberg, 1991 e Rosemberg & Pinto, 1997).

As informações consolidadas pelo MEC, coletadas durante os censos escolares<sup>6</sup> junto aos estabelecimentos de ensino, têm uma periodicidade anual e abarcam uma faixa etária extensa (menos de 4 anos até 7 anos e mais), porém são restritas quanto ao universo de estabelecimentos investigados. Persiste, no Brasil, uma extensa rede de creches, e também de pré-escolas, não registradas junto à administração educacional. Isto é, ao lado das pré-escolas registradas junto às Secretarias de Educação convivem pré-escolas chamadas “populares” ou “comunitárias” ou “informais” e o sistema de creches (diretas ou conveniadas), grande parte dele ainda sob jurisdição de instâncias da assistência (secretarias ou departamentos do bem-estar social), que não é atingido, via de regra, pelo censo escolar.

Alguns estudos evidenciaram a distância que existe entre o cadastro de escolas que participam do censo escolar e aquelas efetivamente usadas pela população. Levantamento bastante extenso realizado na Região Metropolitana do Recife sobre “escolas populares” (a maioria configurando-se como pré-escolas ou escolas de alfabetização), mostrou que, aproximadamente, 70% delas não eram licenciadas (Centro de Cultura Luiz Freire, 1994), sendo possível que um número expressivo dentre elas não fosse cadastrado junto ao MEC para compor o universo de escolas atingidas pelo censo escolar.

O desconhecimento quanto ao universo de estabelecimentos de educação infantil é tanto mais acentuado

---

<sup>5</sup> Como se discutirá adiante, “matrícula” e “frequência” não têm o mesmo significado.

<sup>6</sup> A denominação Censo Escolar foi introduzida na atual gestão do INEP. Anteriormente a pesquisa era denominada Censo Educacional.

quanto mais se recua no tempo e menor a idade do usuário, pois é neste período da vida que encontramos, quase exclusivamente, as creches que, em muitas regiões do país e a despeito dos novos dispositivos decorrentes da LDB, ainda podem não terem sido registradas em nenhum órgão governamental. No sistema de creches, vale a pena lembrar, também, a dificuldade de acesso aos berçários/creches de empresa sobre as quais praticamente nada se conhece (Gagnani et al, 1989).

As informações geradas pelo IBGE através dos censos demográficos e de outras pesquisas, especialmente das PNADs (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios), são coletadas junto ao informante (em princípio o chefe do domicílio) que responde se a criança freqüenta ou não qualquer tipo de estabelecimento de educação infantil. Nesse sentido, sua abrangência é maior pois considera o universo de estabelecimentos freqüentados, mesmo que não sejam licenciados ou cadastrados junto a órgãos públicos.

Em artigo anterior (Rosemberg, 1989) havia encontrado uma defasagem de 35% entre os dados sobre crianças de 5 e 6 anos matriculadas e aqueles sobre crianças freqüentando o pré-escolar: 1.726.894 de acordo com o SEEC/MEC e 2.651.179, de acordo com a PNAD em 1986. Em 1996, encontrou-se uma defasagem de 16,4% entre os dados de ambas as fontes: 4,375 milhões de matrículas no pré-escolar e classes de alfabetização de crianças tendo menos de 7 anos (incluindo-se aí as matrículas da educação especial no pré-escolar) de acordo com dados do Censo Escolar de 1996 (MEC/INEP, 1997); 5,235 milhões de crianças na mesma faixa de idade que freqüentam creche, pré-escola e classes de alfabetização de acordo com a PNAD 1996.

É necessário destacar, ainda, que as variáveis selecionadas por ambas instituições em suas pesquisas (IBGE e MEC) respondem a óticas diferentes, em decorrência da unidade de informação selecionada por cada órgão. As variáveis selecionadas pelo MEC estão mais centradas no estabelecimento de ensino, pois, sendo esta sua unidade de coleta de dados, é este o nível possível de desagregação das informações. Neste sentido, se as variáveis sobre o alunado/criança são poucas e inferidas a partir

das matrículas (inicial ou final), alguns quesitos sobre a função docente permitem que se constituam indicadores indiretos sobre a qualidade do atendimento, em especial o número de matrículas por função docente e a formação educacional da função docente<sup>7</sup>.

Nas pesquisas realizadas pelo IBGE, a unidade de coleta de dados são os domicílios incluídos na amostra. Por isto, o número de variáveis sobre os residentes nestes domicílios é maior e as informações sobre os estabelecimentos de ensino são poucas e esporádicas. Nessas pesquisas, é possível, então, analisarem-se variáveis sócio-econômicas relativas às pessoas que freqüentam estabelecimentos de educação infantil, bem como algumas características de creches e pré-escolas (localização, horário de funcionamento, pagamento, etc). Dentre as variáveis que permitem caracterizar o usuário de educação infantil (a criança e sua família) destacam-se aquelas relativas à "mãe"<sup>8</sup> e à origem racial.

Em decorrência da dupla função da creche/pré-escola (direito à educação da criança e lugar que assegure a "guarda" – ou o cuidado – do filho enquanto os pais, em especial as mães, trabalham fora), além do nível de rendimento familiar, a situação conjugal da mãe – se cônjuge ou chefe de domicílio – e sua participação no mercado de trabalho são variáveis importantes para a compreensão do padrão de uso e oferta de educação infantil no país. Além disso, a possibilidade de caracterizar-se a composição racial da clientela de creche/pré-escola tem permitido completar o quadro dos diferenciais raciais observados no acesso ao sistema educacional brasileiro (Rosemberg & Pinto, 1997). É necessário notar, porém, que muitas variáveis relativas à família permanecem desconhecidas: por exemplo, a não ser através de informações coletadas em pesquisas esporádicas, não

<sup>7</sup> Em 1997 o MEC realizou o **Censo do Professor** que coletou informações importantes (inclusive salário e sexo) a respeito do(a) professor(a) e não da função docente (MEC/INEP/DIEE, 1998). Como se sabe, um(a) professor(a) pode exercer uma ou mais funções docentes.

<sup>8</sup> O termo mãe está sendo aqui usado para referir-se à pessoa de sexo feminino classificada como cônjuge ou chefe do domicílio onde residem crianças pequenas nas pesquisas realizadas pelo IBGE.

se conhece, de modo sistemático, a proporção de mulheres no mercado de trabalho (formal e informal) que têm filhos com menos de 7 anos, informação esta necessária para que se qualifique, por exemplo, a demanda potencial por atendimento em tempo integral<sup>9</sup>.

As diferenças apontadas na sistemática de coleta de dados do MEC e do IBGE obrigam o usuário de dados que queira estabelecer um perfil do atendimento em educação infantil a usar ambas as fontes de modo, por vezes, complementar. Ora, a construção de indicadores cruzando dados de ambas as fontes nem sempre é viável, como nem sempre é viável a construção de séries históricas a partir de uma única fonte. Daí a precaução necessária, o conhecimento indispensável de como cada uma das instituições vem coletando e sistematizando dados sobre educação infantil nos últimos 25 anos, bem como riquezas e fragilidades de cada pesquisa, temas tratados nos dois próximos tópicos.

## 2. A coleta de dados realizada pelo IBGE

O IBGE tem coletado dados sobre educação infantil de forma sistemática, particularmente para as idades de 5 e 6 anos, através dos censos demográficos (decenais) e das PNADs anuais. De forma assistemática, questões sobre educação infantil foram, também, incorporadas em pesquisas mais amplas, como na **Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição** (PNSN, 1989) e na **Pesquisa sobre Padrões de Vida** (PPV, 1996). As duas versões preliminares do questionário do **Censo 2000** incluíram quesitos sobre educação infantil.

Nos censos e nas PNADs são três os quesitos que interessam à educação infantil ou à faixa de idade correspondendo, legalmente, a este nível educacional: qual o curso que a pessoa frequenta, incluindo-se entre as alternativas de

<sup>9</sup> Entre dezembro de 1998 e março de 1999, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em parceria com o CEDEPLAR (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) realizou o primeiro levantamento que temos conhecimento sobre qualificação da demanda por creche e pré-escolas a partir de uma amostra de mães e pais de crianças pequenas residentes naquela cidade (PBH/CEDEPLAR/UFMG, 1999).

curso apenas o *pré-escolar* até a PNAD 1995 e a *creche* a partir de então; qual o curso mais elevado que a pessoa frequentou, ocorrendo, também, a inclusão do *pré-escolar* (e da *creche* a partir de 1995) entre as alternativas; se a pessoa sabe ler e escrever um bilhete simples (indicador de alfabetização), quesito investigado a partir dos 5 anos de idade. Estas informações vêm sendo coletadas a partir da PNAD 79: até então, a frequência à escola era investigada apenas a partir do ensino fundamental, excluindo, portanto, o *pré-escolar*.

Foi somente a partir da PNAD 1995 que a *creche* foi incluída na parte relativa às "Características de Educação dos Moradores". Os quesitos 2 e 6, ao lado da escola, incluíram a *creche*:

**Quesito 2** ... *frequenta escola ou creche?*

**Quesito 6** ... *anteriormente, ... frequentou escola ou creche?* (IBGE, 1997, p. 125 e 127).

As PNADs, como o nome informa, são pesquisas efetuadas em uma amostra nacional de domicílios, têm abrangência nacional (excetuada a zona rural da região norte), e as informações coletadas permitem cruzamentos de variáveis importantes, pois focalizam três grandes eixos: características da habitação; características básicas dos moradores (incluindo-se dados sobre instrução); características da força de trabalho.

Como a sistemática de coleta de dados dos censos e das PNADs não é idêntica, o usuário deve precaver-se de interpretações indevidas<sup>10</sup>. Por exemplo, comparando-se o número de estudantes no *pré-escolar* estimado pela PNAD 79 – (1.073.755) ao encontrado pelo Censo de 1980 (703.269), poder-se-ia interpretar a diferença como queda de frequência, quando, de fato, esta aparente diminuição decorre de procedimentos de coleta de dados: constituição da amostra na PNAD 79 em defasagem com os dados de população verificados pelo Censo de 1980.

<sup>10</sup> Parte do questionário dos recenseamentos é aplicada no universo de domicílios o que permite o conhecimento efetivo do número de habitantes; parte do questionário, porém, é aplicada em uma amostra de domicílios, mas sempre mais ampla que a amostra delimitada pelas PNADs.

Desde 1987, as PNADs coletam, de forma sistemática, informações sobre a cor da população que constitui variável fundamental no acesso diferenciado à educação em geral e à educação infantil em particular (Barcelos, 1993; Rosemberg & Pinto, 1997). Também, a partir de 1987, o processamento das informações sobre freqüência ao pré-escolar ultrapassa a idade dos 6 anos: até 1987 processavam-se apenas informações sobre freqüência ao pré-escolar para crianças até 6 anos de idade; entre 1987 e 1990 processaram-se as informações para a faixa etária entre 5 e 9 anos; as PNADs 92, 93, 95, 96 e 97 estenderam para a faixa de idade entre 5 e 11 anos, o que tem permitido captar-se o expressivo contingente de crianças tendo 7 anos e mais freqüentando creches, pré-escolas e classes de alfabetização.

Assim, um analista menos avisado, construindo série histórica sobre a freqüência ao pré-escolar, a partir das Tabelas 2.3 publicadas pelas PNADs (Tópico Instrução) em diferentes anos, poderia concluir por um aumento espetacular do índice de freqüência entre 1986 e 1987 quando observou, simplesmente, um impacto da extensão da faixa etária no processamento, que, a partir de então, incluiu os pré-escolares tendo 7 anos e mais (Tabela 1).

Constata-se que, entre 1986 e 1987 e 1990 e 1992, os expressivos aumentos observados na coluna 1 da Tabela 1 são bem menos significativos que aqueles observados na coluna 2: nestes anos (1987 e 1992) o IBGE expandiu a faixa etária no processamento dos dados (7 a 9 anos em 1987 e 7 a 11 anos em 1992).

As PNADs foram introduzidas em 1967; a partir de 1971 passaram a ser anuais e, desde 1980, o corpo básico de informações vem sendo completado por questionários sobre temas específicos. Assim, em alguns momentos especiais, as PNADs incluíram investigações mais aprofundadas sobre educação infantil, como no **Suplemento Educação** que acompanhou a PNAD 82, e no **Suplemento Menor** que acompanhou a PNAD 85.

**TABELA 1**  
**ÍNDICES DE CRESCIMENTO ANUAL DA FREQUÊNCIA AO PRÉ-ESCOLAR SEGUNDO AS FONTES**  
**USADAS ( PUBLICADAS E TABULAÇÕES ESPECIAIS). BRASIL\*, 1986 A 1995**

FREQUÊNCIA AO PRÉ-ESCOLAR					
Anos	Faixa Etária incluída	Total das Idades <sup>(1)</sup>	Crescimento Anual (%)	Apenas 5 e 6 anos <sup>(2)</sup>	Crescimento Anual (%)
1986	5 e 6	2.651.179	-	2.651.179	-
1987	5 a 9	3.930.579	48,3	2.927.384	10,4
1988	5 a 9	3.828.143	- 2,6	2.798.665	- 4,6
1989	5 a 9	3.984.511	4,1	2.849.924	1,8
1990	5 a 9	3.947.772	- 0,9	2.847.587	- 0,1
1992	5 a 11	4.364.708	10,6	3.038.035	6,7
1993	5 a 11	4.723.912	7,6	3.274.308	7,8
1995	5 a 11	4.705.676	- 0,4	3.489.222	6,6

\* Com exceção das crianças residentes na zona rural da região norte.

Fontes: <sup>(1)</sup> Tabelas 2.3 (estudantes de 5 anos ou mais no pré-escolar) publicadas nas PNADs 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93 e 95;

<sup>(2)</sup> Tabulações especiais das PNADs 87, 88, 89, 90, 92, 93, 95.

O suplemento aplicado em 1982 investigou o perfil educacional da população considerando a ambiência cultural, os fatores sócio-econômicos que influenciam a escolarização e o próprio processo de escolarização” (Kappel, 1994, p. 74). Contém duas perguntas sobre educação de crianças entre 0 e 6 anos de idade: *se freqüenta pré-escolar; se paga para freqüentá-lo*. Estas informações específicas sobre educação infantil podem ser cruzadas com dados coletados pelo questionário básico da PNAD (variáveis sócio-econômicas relativas aos chefes de domicílio em que residem as crianças) e com variáveis de caracterização sócio-econômica e racial das pessoas investigadas pelo Suplemento.

O **Suplemento Menor**, que acompanhou a PNAD 85, é um instrumento precioso (e pouco analisado) para construir-se um perfil do usuário de educação infantil nas regiões metropolitanas<sup>11</sup>. Planejado no auge do debate nacional e internacional sobre “crianças abandonadas e de rua” (Ribeiro, s/d), esse Suplemento incluiu perguntas diversificadas sobre a população de 0 a 17 anos. Dentre elas, oito foram destinadas especialmente a descrever “aspectos de guarda e acesso a creches

<sup>11</sup> Estudos parciais desse suplemento podem ser encontrados em Levison (1989), Campos (1991), Campos et al (1993), Rosemberg (1995 e 1997). As regiões metropolitanas investigadas foram: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Distrito Federal.

e a estabelecimentos de ensino pré-escolar para crianças de 0 a 6 anos de idade" (IBGE, 1988). As perguntas incluídas no questionário do **Suplemento Menor** foram:

- 1) *Freqüenta algum tipo de creche (domiciliar ou em estabelecimento) ou pré-escolar?*
- 2) *Com que idade começou a freqüentar creche ou pré-escolar?*
- 3) *Qual o principal motivo de não freqüentar creche ou pré-escolar?*
- 4) *Qual o tipo de creche ou pré-escolar que freqüenta?*
- 5) *Quantas horas por dia passa na creche ou pré-escolar?*
- 6) *Paga para manter na creche ou pré-escolar?*
- 7) *Quando não está na creche ou pré-escolar com quem fica a maior parte do tempo?*
- 8) *Com quem fica a maior parte do tempo?*

As informações sobre educação infantil podem ser cruzadas com numerosas variáveis, tanto as que compõem o questionário do **Suplemento**, quanto aquelas contidas no corpo da PNAD. Dentre elas devem-se destacar: nível de rendimento familiar; trabalho materno; sexo do chefe do domicílio e, especialmente, pertencimento racial da criança usuária e de seus familiares.

O **Suplemento Menor** – a despeito de algumas falhas no questionário, de sua restrita abrangência territorial (aplicado apenas nas regiões metropolitanas) e de não incluir as crianças tendo 7 anos e mais no bloco sobre educação infantil – pode ser considerado um dos instrumentos mais completos de que dispomos para avaliar o perfil da criança, de sua família e dos estabelecimentos de educação infantil que freqüentavam em 1985<sup>12</sup>.

Em 1989, foi lançada a campo a **Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição** (PNSN) que envolveu a colaboração do IBGE, INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição) e IPLAN/IPEA (Instituto de Planejamento Econômico e Social, Ministério do Planejamento). Essa pesquisa, realizada em amostra domiciliar próxima à usada pelas PNADs (INAN, 1990), teve por

<sup>12</sup> O questionário do Suplemento Menor e a PPV 96 são as únicas investigações de grande abrangência territorial que permitem avaliar o recurso a creche domiciliar (mãe-crecheira). Diferentemente do que afirma o senso comum, estas pesquisas informam sobre uso restrito desta alternativa de cuidado infantil.

objetivo principal a avaliação do estado de nutrição e de saúde da população. Sob este foco incluiu seis perguntas sobre a educação infantil em dois blocos: no relativo às crianças de 0 a 47 meses (3 anos e 11 meses) e naquele sobre as crianças de 4 a 6 anos. As perguntas foram:

- 1) *Freqüenta alguma creche ou maternal atualmente*<sup>13</sup> ?
- 2) *Qual a hora habitual de entrar na creche ou maternal?*
- 3) *Qual a hora habitual de sair da creche ou maternal?*
- 4) *A creche ou maternal é pública ou particular?*
- 5) *A creche ou maternal é gratuita?*
- 6) *A creche ou maternal oferece refeição gratuita?*

Sua abrangência e a diversidade de variáveis previstas para caracterizar a população permitiriam estudos aprofundados. Porém, foram raros os dados divulgados e analisados sobre educação infantil com base nesta pesquisa. Alguns resultados sobre educação infantil foram publicados no volume 4 de **Crianças e Adolescentes: indicadores sociais** (IBGE, 1992) .

A conceituação e denominação de educação infantil, principalmente para idades inferiores aos 5 anos, tem variado nos diferentes instrumentos elaborados pelo IBGE. No **Suplemento Educação** 82 perguntava-se se a criança *freqüenta estabelecimento pré-escolar*, evidenciando conceituação de atendimento mais formal. No **Suplemento Menor** 85 perguntava-se se *freqüenta algum tipo de creche (domiciliar ou em estabelecimento) ou pré escolar*, pergunta que pretende abarcar também a modalidade de cuidado extra-doméstico denominado creche domiciliar. Portanto, a formulação da pergunta desse Suplemento parece estimular respostas mais abrangentes que as contidas no anterior. Em conseqüência, um aumento nos índices de freqüência à educação infantil no período 82 – 85, calculado a partir dessas fontes, pode decorrer da formulação da pergunta e não, obrigatoriamente, da expansão do atendimento. Por outro lado, a PNSN 89 voltou a usar uma conceituação de atendimento

---

<sup>13</sup> Para a faixa de 4 a 6 anos foram formuladas as mesmas perguntas incluindo-se, também, a pré-escola entre as alternativas: *Freqüenta alguma creche, maternal ou pré-escola atualmente?*

mais institucional que a do **Suplemento Menor 85** (*freqüenta alguma creche ou maternal atualmente? e freqüenta alguma creche, maternal ou pré-escola atualmente?*), provocando uma possível restrição na abrangência da resposta (exclusão da modalidade creche domiciliar). Em decorrência, uma diminuição do índice de freqüência à creche/pré-escola, calculado com base em dados coletados pela PNSN 89 pode, também, ser atribuída à formulação da pergunta.

Assim, é possível considerar inadequada a análise contida no volume 4 do livro **Crianças e Adolescentes: indicadores sociais** (IBGE, 1992, p. 98), quando compara os índices obtidos através destes três instrumentos sem qualquer nota metodológica: "Na área urbana, a taxa de freqüência evoluiu da seguinte forma: 1982, 16,8% (área metropolitana); 1985, 23,2% (área metropolitana) e 1989, 22,1% (área urbana), o que indicaria que entre 1985 e o final da década houve uma desaceleração no crescimento da freqüência, ao menos nas áreas urbanas do país"<sup>14</sup>.

As PNADs 95, 96 e 97 também conceituam creche de modo mais institucional, como se pode apreender através das instruções contidas no **Manual de Entrevista** da PNAD 97 (IBGE, 1997): "*considera-se como creche o estabelecimento, juridicamente regulamentado, ou não, destinado a dar assistência diurna a crianças nas primeiras idades (...). [inscreve-se] não para a pessoa que: (...) fica regularmente ou não, sob os cuidados de pessoa que cuida de crianças em seu próprio domicílio ou de terceiros, mediante pagamento ou não. Exemplo: A criança que fica sob os cuidados de mãe crecheira ou de babá*" (IBGE, 1997, p. 126, grifo no original).

As insuficiências e inadequações nos sistemas de dados sobre educação infantil não são específicas ao Brasil. A multiplicidade de experiências de educação infantil, a dupla função de cuidar e educar geralmente presente nos programas, a

---

<sup>14</sup> A comparação efetuada é questionável, ainda, porque comparam-se áreas metropolitanas diversas (na PNAD 82 entraram apenas oito e na PNAD 85 entraram nove além do Distrito Federal) e áreas metropolitanas com áreas urbanas, como se fossem sinônimas.

diversidade de instâncias responsáveis (públicas, privadas com ou sem fins lucrativos) e a relativa juventude deste nível educacional frente a outros mais formalizados, constituem desafios para os serviços de estatística nacionais e internacionais, como por exemplo o da UNESCO (Nascimento, 1996). Em 1994, a UNESCO, através da OREALC (Oficina Regional de Educación para la América Latina y el Caribe), realizou uma reunião tratando da coleta de informações sobre Educação e Desenvolvimento Humano na América Latina e no Caribe (Kappel, 1994). Dentre as sugestões e recomendações gerais, destacam-se aquelas referentes à educação infantil transcritas abaixo:

- *limite de idade – recomenda-se não estabelecer limite de idade nas perguntas relativas à educação em pesquisas domiciliares e censos de população, a fim de poder estudar, com detalhes, a situação do pré-escolar, das crianças que trabalham, etc.*
- *assistência às crianças em idade pré-escolar – recomenda-se que, em cada país, sejam feitos esforços para captar as diversas modalidades existentes de educação pré-escolar, através de um módulo especial. Cabe distinguir a existência, nas regiões, de diversos programas, tanto formais como não-formais: guarda da criança, educativos, cuidado e alimentação, cuidado alimentação-educação, atendimento integral, etc. Além disso, se os países oferecem programas que envolvem somente a criança, a mãe da criança, outras pessoas da família, a comunidade, igreja, etc.;*
- *tipo de estabelecimento que frequenta – e também as perspectivas de recomendações e políticas;*
- *razões da não assistência – recomenda-se tentar captar o porquê da criança não estar na escola, creche, etc;*
- *duração da jornada ou turno que assiste;*
- *gasto familiar com a educação – este levantamento deve ser realizado de 5 em 5 anos (Kappel, 1994, p. 76).*

Maria Dolores Kappel sintetizou o que faltaria ser apreendido pela PNAD no que se relaciona à coleta de dados sobre educação infantil:

- *baixar os limites de idade no pré-escolar (ou não estabelecer limite mínimo inferior);*
- *coletar razões de não assistência à creche/pré-escola;*
- *tipo de estabelecimento que frequenta (se público ou privado);*
- *jornada escolar;*
- *gasto familiar em educação;*
- *recebimento de merenda;*
- *instrução não formal;*
- *investigar mais sobre a assistência à pré-escola, principalmente a não formal (Kappel, 1994, p. 76).*

Em 1995, a partir de recomendação do I Simpósio Nacional de Educação Infantil, a COEDI/MEC (Coordenação Geral de Educação Infantil) sugeriu ao IBGE incluir, no questionário básico da PNAD, investigação sobre frequência à creche e pré-escola, sem limite de idade nos dois extremos, visando captar não apenas as crianças com menos de 5 anos que frequentam creches/pré-escolas ou similares, como também aquelas tendo 7 anos e mais que aí permanecem. Esta sugestão foi acatada e as últimas PNADs (1995, 1996 e 1997) incluíram toda a faixa de 0 a 11 anos na investigação sobre frequência a creche e pré-escola<sup>15</sup>.

O questionário da recente **Pesquisa sobre Padrões de Vida** (PPV) – pesquisa planejada e executada pelo Departamento de População e Indicadores Sociais (DEPIS) do IBGE, tendo iniciado o trabalho de campo no primeiro semestre de 1996 – contém questões sobre educação infantil formuladas, já, em acordo com as novas recomendações da UNESCO. Neste sentido, pode ser considerado como o modelo de questionário mais adequado e completo disponível entre nós, apesar de algumas insuficiências ainda serem notadas. A orientação básica do questionário foi

---

<sup>15</sup> A notar que seriam necessários ainda ajustes na codificação das ocupações incluídas nos questionários das PNADs para que todas as funções relacionadas à educação infantil fossem agrupadas em mesma categoria. Além disso, as **Sínteses das PNADs**, que divulgam seus resultados, deveriam reformatar a *Tabela 2.4* para incluir a população de 0 a 4 anos frequentando creche/pré-escola.

tratar creches e pré-escolas como os demais níveis educacionais, não estabelecendo limites etários.

A Seção 04 do questionário sobre Educação da PPV contém, de início, a instrução: *Para todos os moradores*. Na parte A da Seção 04 – **Frequência à Escola** –, as nove alternativas de nível/série frequentado são apresentadas em seqüência hierárquica, iniciando-se com a **creche**, seguida do **pré-escolar** e demais níveis de ensino. Deste modo, já é possível dispor de informações equivalentes para todos os níveis educacionais, iniciando na creche e terminando no mestrado/doutorado. O mesmo tratamento foi dado para a parte B da Seção 04 sobre o **Histórico Escolar**, dirigida a todos que frequentam ou já frequentaram escola.

Além dessa orientação básica, um grande número de perguntas prevêem respostas abertas (por exemplo tempo de permanência diária no estabelecimento de ensino), o que constitui, sem dúvida, opção adequada para se descrever a educação infantil, nível educacional pouco conhecido e apresentando características diversificadas de funcionamento.

A variedade de perguntas contidas no questionário, o tratamento dado à educação infantil e a inclusão de quesito para classificar a cor da população transformam a PPV no melhor instrumento para investigação sobre frequência e perfil do usuário de creches e pré-escolas<sup>16</sup>. É importante atentar, também, para o fato de que estas iniciativas do IBGE talvez tenham sido as primeiras ações federais que integraram a creche ao sistema educacional, tratando-a sempre de modo equivalente ao dos demais níveis educacionais. Exemplo a ser seguido não apenas pelos órgãos responsáveis pelos sistemas de estatísticas, mas por todos aqueles que planejam e implementam políticas educacionais.

A PPV 96 apresenta, porém, deficiências ou limitações que devem ser consideradas quando de sua utilização. Em primeiro

---

<sup>16</sup> Nos primeiros meses de 1999, uma equipe de pesquisadores (particularmente economistas) do IPEA e Banco Mundial estavam elaborando um projeto de avaliação das políticas de "atenção" à infância no Brasil que incluiu processamento de dados coletados pela PPV (IPEA, 1999).

lugar, a dimensão reduzida da amostra – 4940 domicílios quando a PNAD 96 baseou-se numa amostra de 105 059 domicílios — o que dificulta ou mesmo impede tanto o uso de números absolutos quanto certos cruzamentos entre variáveis: “o tamanho da amostra fixado foi defendido pelos técnicos do Banco Mundial em função de experiências nos outros países onde a pesquisa [PPV] foi ou está sendo conduzida, pela necessidade de produzir informações com a maior rapidez possível e por julgar que o objetivo da pesquisa **não** é produzir tabulações com cruzamentos de variáveis, tal como ocorre com as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, mas o de fornecer indicadores de tendências ou de variação em níveis bastante agregados”(IBGE, 1998, p. 1, grifo meu).

Uma segunda limitação decorre de sua reduzida abrangência territorial: a amostra se circunscreve às regiões sudeste e nordeste. Finalmente, no caso específico da educação infantil, desconhece-se qual aos sentido atribuído pelo informante aos termos creche e pré-escola. Discutirei, a seguir, com mais detalhe esta última limitação da PPV.

A apresentação no questionário da PPV da seqüência creche, pré-escola e demais níveis de ensino seguiu a lógica de sua organização no sistema educacional brasileiro, pressupondo, sem explicitar ao informante, que creche seria a instituição que atende crianças entre 0 e 3 anos e 11 meses e pré-escola crianças a partir dos 4 anos. Ora, o usuário, ao responder a esta pergunta, orientou-se pela lógica de sua denominação no universo cultural e social em que vive, e não pela lógica técnica ou legal. Em decorrência, não se sabe a que instituição o informante se refere quando responde que a **criança freqüenta creche, ou como a diferencia de pré-escola**. Uma análise recente da PPV, realizada por Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça (IPEA, 1999), mostra que dos 7% de crianças residentes no sudeste e nordeste tendo entre 0 e 3 anos que freqüentam creche ou pré-escola, 4% estariam em creche e 3% em pré-escola; dentre as crianças tendo entre 4 e 6 anos, 5% permaneceriam em creche e 45% freqüentariam pré-escola. Portanto, crianças tendo entre 0 e 3 anos que freqüentam estabelecimentos de educação infantil

distribuem-se, quase eqüitativamente, em unidades denominadas por seus pais e pela comunidade de creche e de pré-escola. Este padrão de resposta aproxima-se muito do que fora identificado pela PNSN 89 quando investigou se a creche/pré-escola freqüentada por crianças tendo 0-3 anos era de tipo formal ou não-formal: em 1989, as crianças também se distribuíram eqüitativamente entre ambas modalidades, o que permite sugerir que informantes (ou o pesquisador do IBGE) podem ter denominado creche na PPV o que denominou-se "modelo informal" na PNSN (veja adiante – Tabela 2 – dados mais precisos sobre freqüência a estabelecimentos não formais na PNSN 89).

Como não dispomos de informações sobre as particularidades do atendimento a que se referem as distinções de **denominação** na PPV, consideramos ser prudente que não se perca de vista a expressão francesa *garde-fou*: que se tenha precaução na interpretação dos dados da PPV sobre freqüência a creche quando desagregados dos relativos à freqüência à pré-escola. Além de distorções decorrentes do tamanho reduzido da amostra, pouco se sabe sobre as diferenças de significados atribuídos pelo informante às denominações creche e pré-escola<sup>17</sup>.

Apesar dos avanços destacados nas pesquisas realizadas pelo IBGE, nota-se, ainda, a dificuldade de incorporação das creches (ou das crianças tendo entre 0 e 3 anos freqüentando estabelecimento de educação e cuidado) no sistema estatístico nacional. A **Contagem da População**, levantamento populacional inter-censitário que foi a campo no segundo semestre de 1996, voltou a incluir, na investigação do quesito 7 (*escola/série que freqüenta/última série concluída com aprovação*), exclusivamente freqüência ao pré-escolar, excluindo, portanto, a creche: *"considera-se como freqüentando escola a pessoa que na data da referência da contagem estiver estudando em curso regular (...)*.

---

<sup>17</sup> Estas observações sobre as fragilidades da PPV foram acrescentadas à primeira versão deste artigo, graças às discussões realizadas durante a Segunda reunião do Grupo Consultivo para o estudo sobre as crianças de 0 a 6 anos no Brasil, realizada em Brasília dias 19 e 20 de abril de 1999.

Por extensão, também será considerada como freqüentando escola a pessoa que na data de referência da contagem estiver estudando em curso pré-escolar, curso de alfabetização de adultos, ou pré-vestibular” (IBGE, 1997, p. 47). Diferentemente, porém, dos censos demográficos que investigaram a freqüência à escola a partir dos 5 anos, e para os moradores de uma amostra de domicílios, a Contagem ampliou a faixa etária: o quesito foi investigado a partir dos 4 anos para todo o universo (IBGE, 1997).

Pela primeira vez em nossa história, a freqüência a creche ganhará visibilidade em um censo demográfico: o **Censo 2000**, cujo questionário estava em fase de segunda revisão no momento de finalização deste artigo, incluiu a creche entre as alternativas de escolaridade (IBGE, 1999).

5.31. *Freqüenta escola ou creche?*

SIM	NÃO
Rede Particular	Já Freqüentou
Rede Pública	Nunca Freqüentou

5.32. *Escola ou creche que freqüenta se localiza neste município?*

SIM	NÃO
-----	-----

A construção de séries históricas com base nos dados coletados pelo IBGE enfrenta uma outra dificuldade decorrente, agora, do nível de desagregação territorial da informação disponível: os censos demográficos e a Contagem de População possibilitam que os dados sejam organizados em nível municipal, o que não ocorre com as PNADs dado seu processo de amostragem. Assim, nos períodos intercensitários, é possível apenas o agrupamento de dados sobre as regiões metropolitanas, os estados e as macro-regiões.

Em resumo, quanto às informações coletadas e processadas pelo IBGE podem-se destacar os pontos assinalados abaixo.

- **Quanto à extensão:** coleta sistemática de dados sobre freqüência à pré-escola e condição de alfabetizado para a faixa etária dos 5 – 6 anos desde a PNAD 79, incluindo as PNADs realizadas até 1994 e o Censo de 1991; coleta sistemática de informações sobre freqüência a creche e pré-escola para toda a faixa de idade de 0 a 11 anos desde a PNAD 95; coleta

esporádica de dados sobre freqüência à creche e pré-escola para as idades inferiores aos 5 anos (**Suplementos Educação e Menor das PNADS 82 e 85, PNSN de 1989, PPV de 1996**); processamento de dados sobre crianças entre 7 e 9 anos freqüentando pré-escolar e classes de alfabetização desde a PNAD 87 até a PNAD 90; processamento de dados sobre crianças entre 7 e 11 anos freqüentando pré-escolar e classes de alfabetização desde a PNAD 92; classificação da cor da população desde a PNAD 87; disponibilidade de informação sobre outras variáveis (sexo, idade, nível de renda familiar, local de moradia, chefia do domicílio, etc).

- **Quanto à conceituação:** conceituação imprecisa de freqüência à pré-escola, não se tendo certeza se o respondente inclui, ou não, freqüência à creche ou classes de pré que funcionam em creches para as idades a partir dos 5 anos até a PNAD 94; heterogeneidade ou indeterminação na conceituação de creche; terminologia variável nos diferentes instrumentos; inadequação de subcategorias (por exemplo, horário de freqüência à creche/pré-escola no **Suplemento Menor**).
- **Quanto ao nível de desagregação espacial da informação:** os censos demográficos e a Contagem de População dispõem de informações em nível municipal (4491 municípios no Censo de 1991 e 5507 na Contagem de População) que podem, a seguir, ser agrupadas por estados e regiões fisiográficas; as PNADs dispõem de informações sobre regiões metropolitanas e estados, que também podem ser agrupadas; a PPV 96 dispõe de informações sobre as regiões nordeste e sudeste.
- **Quanto à extensão da amostra:** as pesquisas divergem quanto à extensão da amostra. O Censo de 1991 restringiu as perguntas à freqüência à escola a uma amostra, composta por 10% ou 20% dos domicílios de acordo com a dimensão do município. Na Contagem de População 1996 esta pergunta foi efetuada a todos os domicílios. As PNADS baseiam-se em amostras que envolvem em torno de 100 mil domicílios. A PPV 96 foi realizada em amostra envolvendo pouco menos de 5 mil domicílios. Estas variações amostrais têm impacto tanto

na estimativa de erros quando do processo de expansão (e, portanto, conseqüências na construção de séries históricas usando números absolutos), quanto das possibilidades de cruzamento entre variáveis.

**QUADRO 1**  
**CARACTERÍSTICAS DAS PESQUISAS REALIZADAS PELO IBGE**  
**QUE COLETARAM DADOS SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Pesquisas	Ano/ Periodicidade	Abraçãncia Territorial	Perguntas/Questões	Faixa Etária	Investigação de Cor	Nível de Informação
PNADs de 1979 até 1986 (corpo)	anual	Território nacional c/ exceção de zona rural da região norte	. freqüenta pré-escolar . freqüentou pré-escolar . alfabetização	5 e 6 anos	não	Estadual Regiões metropolitanas
PNADs de 1987 a 1990 (corpo)	anual	a mesma	as mesmas	5 a 9 anos	sim	Estadual Regiões metropolitanas
PNADs 92 e 93	anual	a mesma	as mesmas	5 a 11 anos	sim	Estadual Regiões metropolitanas
PNADs 95, 96 e 97	anual	a mesma	as mesmas	0 a 11 anos	sim	Estadual Regiões metropolitanas
Suplemento Educação PNAD 82	1982	a mesma	. freqüenta pré-escolar . pagamento	0 a 6 anos	sim	Estadual Regiões metropolitanas
Suplemento Menor PNAD 85	1985	Regiões metropolitanas e Distrito Federal	. freqüenta creche/pré- escolar . desde que idade freqüenta . porque não freqüenta . tipo de creche/pré-escolar . horário que freqüenta . pagamento . principal pessoa que cuida	0 a 6 anos	sim	Regiões metropolitanas
PNSN	1989	Território nacional c/ exceção de zona rural da região norte	. freqüenta creche/maternal/ pré-escola . horário entrada . horário saída . pública ou particular . gratuidade . refeição gratuita	0 a 6 anos	sim	Estadual
PPV	1996/1997	Regiões Sudeste e Nordeste	. creche e pré-escola tratadas como os demais níveis educacionais	toda a população	sim	Regiões nordeste e sudeste
Censos 1980 1991	1980 1991	Território nacional	. freqüenta pré-escolar . freqüentou pré-escolar . alfabetização	5 e 6 anos	sim	Municipal
Contagem da população	1996 inter-censitário	a mesma	as mesmas	4 a 6 anos	não	Municipal
Censo 2000	2000	a mesma	. freqüenta creche/escola . freqüentou creche/escola	sem limite	sim	Municipal

É necessário, ainda, assinalar que o usuário de estatísticas do IBGE nem sempre dispõe dos dados sobre educação infantil nos principais instrumentos de divulgação daquela instituição. Seja nas publicações em papel, nos cd roms ou no site do IBGE na INTERNET, a faixa etária 0 – 4 anos não tem sido contemplada nas tabelas sobre educação/instrução. Se é verdade que esta

informação é disponível no sistema de micro dados, não é menos verdadeiro que são poucas as instituições capazes de acionar programas para seu processamento<sup>18</sup>.

### **3. A coleta de dados realizada pelo SEEC/MEC**

Desde 1931, o Brasil dispõe de um serviço de estatísticas educacionais ligado ao Ministério da Educação. Já há alguns anos, a unidade centralizadora desta atividade, no MEC, é conhecida pela sigla SEEC que, atualmente, se refere à Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais. O SEEC tem como finalidade precípua coordenar, em âmbito nacional, o Sistema Estatístico de Educação, desenvolvido mediante ação conjunta entre secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal e o MEC (MEC/INEP, 1998, p. 13).

A integração do sistema estatístico da educação no INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e a aprovação da Lei do FUNDEF (Lei 9.424) acarretaram melhorias na qualidade das estatísticas educacionais que vão desde a ampliação do leque de informações disponíveis, passando pelo processo de divulgação (atualmente o acesso se dá também através da INTERNET), do controle da qualidade dos dados e de auditoria em alguns estados. Dentre as inovações, a Lei 9.424 (24/12/96) estabelece que o fornecimento de informações falsas ao Censo Escolar "acarretará sanções administrativas, sem prejuízo das civis ou penais ao agente executivo que lhe deu causa" (art. 10, parágrafo único). A nova sistemática de alocação de recursos ao ensino fundamental pode explicar a busca de rigor no controle dos dados.

O Censo Escolar de 1997 foi objeto de um controle de qualidade (INEP, 1998) que estimou, para o ensino fundamental, um erro de matrícula de 2,5% - "ou cerca de 765 mil alunos declarados a mais" (MEC/INEP, 1998, p. 31)<sup>19</sup>. A expectativa é que esse maior controle no sistema de estatísticas educacionais

<sup>18</sup> O IBGE, em parceria com o Banco Mundial, está realizando uma base de dados sobre crianças de 0 a 6 anos para usuários diversos (Cobra, s/d).

<sup>19</sup> A pesquisa mostrou que, em 1997, pouco mais da metade (54,2%) dos questionários do Censo Escolar foram preenchidos fora do estabelecimento escolar (MEC/INEP, 1998, p.28).

do MEC também reverta em benefício dos dados sobre educação infantil. Neste nível educacional, porém, as dificuldades são mais complexas, dada sua dinamicidade e incorporação recente e parcial ao sistema educacional.

A principal pesquisa para coleta de dados educacionais sob responsabilidade do MEC é o Censo Escolar que coleta informações sobre estabelecimentos, alunado e função docente<sup>20</sup>.

O Censos Escolares são realizados anualmente e de preenchimento obrigatório para todas as instituições educacionais, públicas e privadas, identificadas por um cadastro atualizado, também, anualmente. A pesquisa abrange todos os níveis de ensino, com exceção da pós-graduação, incluindo o pré-escolar e as classes de alfabetização. Desde 1997, o questionário incluiu também a pesquisa em creches que funcionam em estabelecimento que ofereça outros níveis de ensino. Os questionários são aplicados diretamente, ou enviados pelo sistema de mala direta, às unidades escolares pelas Secretarias Estaduais de Educação que efetuam seu processamento. Cabe ao SEEC a análise crítica dos arquivos recebidos e a consolidação das informações (Costa, 1994).

Os procedimentos de coleta dos dados sobre educação infantil do censo escolar merecem uma discussão tanto no que diz respeito à constituição dos cadastros, quanto na composição dos questionários. Antes, porém, de efetuá-la é necessário alertar que o usuário de informações sobre educação infantil consolidadas pelo SEEC/MEC deve estar atento a problemas detectados nos dados publicados nas últimas décadas: não existem dados sobre 1985, apenas estimativas como também sobre 1995; nem sempre os estados enviavam as informações pontualmente, ocorrendo, muitas vezes, a repetição da última

---

<sup>20</sup> As informações coletadas e divulgadas nas décadas de 30 e 40 (série **O Ensino no Brasil**) eram muito mais complexas que as atuais. Por exemplo, dispunha-se de dados sobre a nacionalidade dos alunos importante informação em período alerta para a constituição da nacionalidade. A biblioteca do INEP, em Brasília, dispõe de uma coleção completa da série **O Ensino no Brasil**, desde seu primeiro volume datado de 1931.

informação estadual coletada nas publicações posteriores; os Censos Educacionais de 1990 e 1992 são bastante falhos, carecendo de informações sobre seis unidades da federação; ocorreram, algumas vezes, erros na transcrição da informação para as **Sinopses Estatísticas**, publicações do SEEC/MEC que divulgam os resultados dos censos escolares. Encontramos erro notável na transcrição da informação sobre o número de estabelecimentos pré-escolares existentes no Estado de São Paulo nas Sinopses de 1992 e 1993, acrescentando-se **dez mil unidades**, o que afetou também o número de estabelecimentos para o conjunto do território nacional; a **Sinopse** do Censo de 1996 foi acompanhada de uma errata sobre função docente no pré-escolar e classes de alfabetização.

A primeira análise a ser feita quanto à qualidade dos dados coletados pelos censos escolares refere-se à conceituação de educação infantil – e mesmo pré-escola – que conduz à inclusão dos estabelecimentos nos cadastros das Secretarias de Educação. Esta análise é importante para avaliar-se o significado do índice de cobertura do atendimento a que se chega com base na matrícula inicial. Dito de outra forma: a matrícula inicial constitui um bom indicador do número de crianças que freqüentam educação infantil? O cadastro de creches e pré-escolas, base para a realização dos censos escolares, abrange o universo das creches e pré-escolas brasileiras? A resposta é não, tanto para a primeira quanto para a segunda pergunta.

O censo escolar não informa sobre pessoas freqüentando este ou aquele nível de ensino, mas sobre matrículas iniciais e finais. Aceita-se, em princípio, que o conjunto de matrículas iniciais corresponda ao conjunto de pessoas que freqüentam um dado nível de ensino. Porém, deve-se atentar que as pessoas podem matricular-se no início do ano, em um estabelecimento de ensino, desligar-se e matricular-se, no transcorrer do ano, em outro<sup>21</sup>. À mobilidade conhecida da população brasileira, deve-se

---

<sup>21</sup> Em 1993, as matrículas iniciais em pré-escolas e classes de alfabetização atingiam a cifra de 5.670.309 e, no mesmo ano, as matrículas finais caíam para 4.843.734 (Fontes: MEC/SPE/SEEC, 1993; MEC/SEDIAE/SEEC, 1996).

acrescentar as particularidades deste nível educacional, não obrigatório, cujo processo de avaliação não considera o índice de freqüência do aluno e que atende crianças pequenas para quem a instabilidade de freqüentar uma instituição coletiva pode ser considerada como fato corriqueiro e não excepcional.

Quanto à segunda pergunta, a resposta também é não: existem estabelecimentos de educação infantil que não são incorporados aos cadastros estaduais. Isto é, dada a persistência, no país, das trajetórias triplas de educação infantil com sobreposição de faixa etária (creches, pré-escolas e classes de alfabetização) e dada a permanência de ambigüidades em sua conceituação, mesmo após a promulgação da LDB-1996, é possível supor que o cadastro básico não contenha o universo de estabelecimentos que oferecem este nível educacional, particularmente para as crianças menores de 4 anos, usuárias de creche.

A PNSN 89 coletou e divulgou, através do **Anuário Estatístico do Brasil – 1993**, informação sobre que tipo de estabelecimento de educação infantil crianças de até 3 anos e 11 meses estavam freqüentando: se formais ou não formais. A tabela 2.131 daquele **Anuário** conceitua estabelecimentos pré-escolares formais como *“aqueles reconhecidos e cadastrados pelas secretarias de educação; estabelecimentos pré-escolares não formais ... os que funcionam sem o credenciamento oficial, mantidos por grupos privados, igrejas e associações de moradores”* (IBGE, 1993, p. 2-160).

Adotando esta conceituação, a PNSN 89 identificou que, dentre as 5,1% de crianças de 0 a 3 anos que freqüentavam creche/pré-escola em 1989, metade (2,6%) seriam acolhidas em estabelecimentos não formais. Esta informação permite que se compreenda a defasagem de 50% entre os dados de matrícula SEEC/MEC (1989) e da PNSN 89 para esta faixa etária.

Importa destacar, também, que essa conceituação de estabelecimento formal não coincide exatamente com instruções do SEEC/MEC para preenchimento do questionário do censo escolar. Técnicos do SEEC/MEC (entrevistas realizadas em 29 e 30 de novembro de 1996) informaram que, a despeito de não

existirem instruções por escrito até aquela data, os treinamentos para as Secretarias Estaduais de Educação para realização do censo escolar dispunham que estabelecimentos acolhendo crianças com menos de 4 anos, só seriam incorporados ao cadastro quando vinculados a escolas regulares que dispusessem de outros níveis de ensino. Estas instruções foram formalizadas e já constam da publicação do Censo Escolar de 1997 (MEC/INEP, 1998, p. 16)<sup>22</sup> (Tabela 2).

**TABELA 2**  
COMPARAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE CRIANÇAS ENTRE 0 A 6 ANOS FREQUENTANDO PRÉ-ESCOLAR (IBGE) E DE MATRÍCULAS INICIAIS NA PRÉ-ESCOLA (SEEC/MEC), POR GRUPOS DE IDADE – BRASIL, 1989

Grupos de Idade	Crianças (0 a 6 anos) Frequentando Creches/Pré-Escolas – IBGE (I)*	Matrículas Iniciais em Pré-Escolar** SEEC/MEC (S)	% (s/I)
menos de 4 anos	661.851	331.599	50,1
4 a 6 anos	3.229.061	2.811.412	87,1

Fontes: IBGE (PNSN 89, tabulações especiais).

MEC/SPE/SEEC (89, processamentos especiais).

\* Excluídas as crianças residentes na zona rural da região norte.

\*\* Excluídas as matrículas iniciais nas classes de alfabetização.

Outro exemplo notável, agora referente ao início dos anos 80, provém do registro da expansão da oferta de pré-escolas através do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos) e do Programa Nacional de Educação Pré-escolar (PNEPE) implantado pelas secretarias municipais de educação. Em 1982, o MOBREAL teria atendido a 461.245 crianças e o PNEPE teria aberto mais 388.000 matrículas. Por serem programas não-formais, estas informações não foram computadas pelo SEEC/MEC até 1983. Documento do MEC previa: "A partir de 1984, o SEEC iniciará o levantamento estatístico da Educação Pré-escolar com métodos não formais dando possibilidade de um conhecimento

<sup>22</sup> A tabela 1.2 sobre matrícula em creche é acompanhada da seguinte nota: "O Censo Escolar não inclui os estabelecimentos que oferecerem exclusivamente creche" (MEC/INEP, 1998, p.16).

mais abrangente da extensão da Educação das crianças menores de 7 anos" (MEC/SG/SAEP, 1985, p. 4). O Censo Escolar de 1984 computou mais 397.739 novas matrículas e não as 849.245 mil previstas, possivelmente porque o mesmo estabelecimento de ensino e a mesma vaga contavam com apoio simultâneo do MOBREAL e do PNEPE. De qualquer forma, a alteração nas regras de constituição do cadastro permitiu a inclusão de quase 400 mil novas matrículas no Censo Escolar de 1984, correspondendo a vagas criadas desde 1982, e que permaneciam até então no limbo das estatísticas oficiais<sup>23</sup>.

Quando da construção de séries históricas sobre educação infantil com base nos dados coletados pelos censos escolares, deve-se atentar, particularmente, à grande diversidade de conceituação que prevaleceu até a promulgação da LDB de 1996 e que persiste, possivelmente em menor grau, neste período atual de transição. Dada a omissão da lei anterior (Lei 5692/71) em matéria de educação infantil, os Conselhos Estaduais de Educação regulamentaram sobre a questão através de pareceres e deliberações, ocorrendo variações intensas na conceituação de educação infantil (inclusão ou exclusão das creches) e na faixa etária coberta por este nível educacional (Thiessen, 1994).

Como o cadastro consolidado pelo SEEC/MEC não absorve o universo, e como se trata de um universo em mutação administrativa após a Constituição de 1988 e a promulgação da LDB de 1996 (isto é creches passando para a administração educacional), fica aleatório atribuir-se significado, ano a ano, à alteração dos índices de cobertura. Persiste como dúvida se a expansão ou retração das matrículas devem-se a alterações no cadastro de estabelecimentos de educação infantil decorrentes da criação ou extinção de novas escolas e vagas ou, exclusivamente, de seu registro, ou da inclusão de creches e da "transformação"

---

<sup>23</sup> A falta de registro e de memória institucional fez com que se tenham perdido informações preciosas sobre este período, importantíssimo na história da educação infantil brasileira. De qualquer forma, vale destacar que a **Sinopse** de 1984 sobre o ensino pré-escolar (MEC/SG/SEEC/1986) incluiu, paradoxalmente, pela primeira vez, o adjetivo **regular** no cabeçalho das tabelas, indicando, provavelmente, não ter incluído estabelecimentos não formais.

de classes de pré-escola em classes de alfabetização, ou vice-versa, ou da transformação de classes de alfabetização em classes de ensino fundamental, transformação esta particularmente possível após a Lei do FUNDEF.

A fim de dimensionar a variação no cadastro de educação infantil, foram comparadas listagens de nomes de estabelecimentos que ofereciam atendimento ao pré-escolar no Município de Belo Horizonte em 1994 e 1995 e que participaram do censo escolar. Constatou-se que, aproximadamente, 50 nomes de estabelecimentos que ofereciam atendimento ao pré-escolar em 1994 não constaram do cadastro de 1995 e que aproximadamente 40 incluídos no cadastro de 1994, não constavam do rol de estabelecimentos de 1995. A interpretação da defasagem observada de aproximadamente 90 estabelecimentos fica aleatória, dada a ausência de informações sobre o destino desses estabelecimentos. O desaparecimento de alguns estabelecimentos do cadastro de 1995 pode ser explicado, naquele município, pela adoção do Programa Escola Plural (Secretaria Municipal de Educação) que, entre outras medidas, previa a absorção de crianças de 6 anos no ensino fundamental. Possivelmente, algumas classes isoladas de pré-escolar foram fechadas. Por outro lado, esse mesmo programa, que deu certa ênfase à educação infantil, pode ter estimulado o cadastramento de classes de pré-escola municipal que já vinham funcionando em creches conveniadas (Programa Adote um Pré). Neste caso, a inclusão de novas escolas no cadastro não decorreria de expansão da oferta mas, simplesmente, de alteração no cadastramento (Vieira, 1996, comunicação pessoal).

Comparando-se, ano a ano, o número de estabelecimentos que oferecem educação pré-escolar (excluídas as classes de alfabetização) por unidade da federação (Tabela 3), observa-se uma variação que parece reforçar a hipótese de modificações apenas formais na constituição de cada cadastro estadual.

**TABELA 3**  
**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS PRÉ-ESCOLARES\***  
**POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1987 – 1993**

	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Rondônia	172	224	276	291	303	484	405
Acre	139	108	105	123	145	159	168
Amazonas	660	725	692	662	641	641	896
Roraima	53	55	51	60	73	86	94
Pará	1248	1181	1388	1410	1597	1838	6521
Amapá	133	129	133	134	140	144	167
Maranhão	2008	2990	2732	3407	3781	3627	4578
Piauí	1687	1974	1865	-	1897	1924	1922
Ceará	2946	3252	3000	-	4255	4598	5011
R. G. do Norte	1386	1402	1472	1530	1693	1827	1924
Paraíba	2392	2242	2281	-	2613	2878	3254
Pernambuco	2916	2962	3034	3402	3461	3425	3572
Alagoas	904	848	978	989	1169	1366	1356
Sergipe	928	953	1007	970	1032	1066	1183
Bahia	3690	4449	4864	-	6185	6185	10998
Minas Gerais	6065	4617	5075	-	5832	6293	6768
Espírito Santo	775	845	999	-	1123	1323	1364
Rio de Janeiro	2792	3113	3263	3193	3453	3453	3453
São Paulo	6277	6437	6094	5185	5041	5668	5668
Paraná	2887	2965	2846	2822	2836	2932	2932
Santa Catarina	2733	3089	3299	3388	3513	3513	3606
R. G. do Sul	2431	2845	2940	3102	3289	3371	3544
Mato Grosso do Sul	503	544	608	647	674	733	802
Mato Grosso	529	640	706	753	812	906	1036
Goiás**	1615	1524	1115	-	1182	1540	1685
Distrito Federal	362	357	345	429*	387	394	409
Tocantins**	-	-	389	363	715	679	1050
<b>Brasil</b>	<b>48231</b>	<b>50470</b>	<b>51557</b>	<b>38248</b>	<b>57842</b>	<b>46836</b>	<b>72641</b>

Fonte: MEC/SPE/SEEC, processamentos especiais.

\* Exclusivamente pré-escolar, excluindo-se classes de alfabetização.

\*\* Atentar para a criação do Estado de Tocantins.

Por exemplo, no Estado de Minas Gerais, entre 1987 e 1988, houve uma diminuição no cadastro da ordem de 1.448 estabelecimentos inexplicável por razões de política educacional<sup>24</sup>.

Por outro lado, observa-se entre 1992 e 1993 um aumento expressivo do número de estabelecimentos (principalmente em zona rural) pré-escolares nos estados do Pará e da Bahia. O aumento deixa de ser considerado expressivo quando se confrontam os dados sobre pré-escolar aos das classes de alfabetização: por exemplo, o Estado do Pará dispunha, em 1992, de 1.838 estabelecimentos oferecendo pré-escolar e 4.060 oferecendo classes de alfabetização; em 1993, o número de estabelecimentos oferecendo pré-escolar aumentou para 6.521, porém, o número dos que ofereciam classes de alfabetização caiu para 261. Computando-se o total de estabelecimentos oferecendo pré-escolar e classes de alfabetização, o aumento observado é, então, menos significativo, passando de 5.898 em 1992 para 6.782 em 1993. Situação equivalente também foi observada no Estado da Bahia. Nota-se a mesma oscilação de dados em outros estados, oscilação que desafia interpretação, a não ser que se recorra à hipótese de modificação na organização do cadastro, reconceituação de educação pré-escolar e classe de alfabetização: esta imprecisão sugere a necessidade de implantação de uma conceituação nacional de educação infantil e de aperfeiçoamento da sistemática de organização dos cadastros.

A organização de dados nacionais torna-se, pois, bastante problemática, principalmente para as idades extremas (menos de 4 anos, 7 anos e mais), tendo em vista a diversidade de concepções vigentes sobre educação infantil nas diferentes

---

<sup>24</sup> Livia F. Vieira (1996, comunicação pessoal) observou, também, que o SEDIAE local (Belo Horizonte) não dispõe de um controle sobre a relação entre questionários do censo escolar enviados e recebidos (atentar para o fato de que o Estado de Minas Gerais organiza seu cadastro autonomamente). O cadastro nacional organizado pelo SEEC/MEC, em Brasília, dispõe dessa informação. Atualmente, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte vem desenvolvendo um programa para melhoria dos dados de educação infantil (PMBH, 1999).

unidades federadas<sup>25</sup>. Em 1994, a COEDI/MEC efetuou uma análise de documentos sobre educação infantil enviados, mediante solicitação, por 17 Conselhos Estaduais de Educação<sup>26</sup>. Como informa a autora da pesquisa, “... os documentos estudados, embora refiram-se todos à educação anterior aos 7 anos, possuem várias dessemelhanças. Assim, alguns apontam claramente a faixa etária dos 0 aos 6 anos (AC, CE, DF, MT, PA, PR, SE, SP, RR), outros consideram apenas as crianças de 2 a 6 anos (RS) e outros ainda referem-se genericamente a ‘classes de educação pré-escolar’ (MS), ou educação anterior ao 1º grau’(TO)” (Thiessen, 1994, p. 4).

Uma outra variação nacional observada refere-se à possibilidade de as crianças com menos de 7 anos matricularem-se no ensino fundamental. Por exemplo, o CEE de Roraima, já a partir de 1976, admitia a entrada de crianças com menos de 7 anos no 1º grau “desde que apresente adequado estágio de desenvolvimento psicomotor”, restrição revista em 1986, quando todas as crianças de 6 anos passaram a ter este direito (apud Thiessen, 1994). É de se prever que esta prática se intensifique nos próximos anos (inclusive para crianças com 4 e 5 anos), após a regulamentação da LDB de 1996 (que faculta a matrícula aos 6 anos no ensino fundamental: art. 87, par. 3º, inciso I) e a aprovação da Lei do FUNDEF.

Além de acentuar, mais uma vez, a heterogeneidade na constituição dos cadastros estaduais, esta diversidade na conceituação e regulamentação induz, também, a que se tenha cautela na elaboração de indicadores de cobertura da educação infantil. Com efeito, que população de crianças deve ser considerada como aquela potencialmente usuária de educação infantil? Todas as da faixa etária? Todas elas menos as que freqüentam o ensino fundamental? Qual o limite superior a se considerar: o legal (6 anos), o real (13 anos)? Questões que serão discutidas no tópico 4.

<sup>25</sup> Após a promulgação da LDB de 1996 observou-se um esforço dos Conselhos de Educação para a regulamentação deste nível educacional. Consultar, particularmente, o trabalho *Subsídios para Credenciamento e Financiamento de Instituições de Educação Infantil* (MEC/SEF/DDPEI/COEDI, 1998).

<sup>26</sup> Foram enviados resoluções, deliberações, indicações e pareceres.

Um outro aspecto desafiador, no plano da conceituação de educação infantil, provem das desconhecidas e mal estudadas classes de alfabetização<sup>27</sup>. A primeira menção à classe de alfabetização encontrada entre os documentos do SEEC/MEC ocorreu no questionário do Censo Escolar de 1986, que assim a definia: “Classe de Alfabetização – *Conjunto de alunos que são reunidos em sala de aula para a aprendizagem da leitura e escrita, durante um semestre ou um ano letivo, **que sejam** alunos da 1ª série do 1º Grau. Atenção: este Bloco se destina, exclusivamente, às informações referentes à Classe de Alfabetização. Os alunos informados aqui não podem ser contados novamente nem nos dados da Educação Pré-Escolar nem nos do Ensino do 1º grau*” (MEC/SG/SEEC, 1986, p. 13, grifos meus).

Erro de impressão, ou não, a partir do questionário seguinte, e nos subsequentes, a formulação inclui um **não**: “Classe de Alfabetização – *Conjunto de alunos que são reunidos em sala de aula para a aprendizagem da leitura e escrita, durante um semestre ou um ano letivo, que **não** sejam alunos da 1ª série do 1º Grau* (grifo meu)<sup>28</sup>.

O questionário de 1994 traz uma novidade: no campo 23, que investiga a matrícula inicial por idade segundo o “período” (equivalente a série), foi criada uma categoria: “3º período/CA – **repetentes** – *alunos que já freqüentavam o 3º período/CA no ano anterior*” (MEC/SAG/CPS/SEEC, 1994, p. 13, grifo meu). Informação semelhante também foi prevista no questionário de 1996 no mesmo campo (matrícula inicial por período e ano de nascimento), abrindo-se espaço para a categoria *alunos que já*

<sup>27</sup> Circulam versões de que existiriam dois tipos de classe de alfabetização: aquelas ligadas ao pré-escolar e aquelas ligadas ao ensino fundamental. De qualquer modo, suas origens ainda não foram elucidadas. Análises efetuadas em trabalho anterior (Rosemberg, 1997) sugerem como hipótese de que as CAs seriam remanescentes de classes do MOBREAL do programa de Alfabetização de Jovens e Adultos extinto logo antes da reconversão daquele órgão para atuar junto ao pré-escolar.

<sup>28</sup> Esta nova formulação foi encontrada nos questionários: MEC/SG/SEEC, 1987, p.16; MEC/SG/SEPLAN/SEEC, 1988, p.16; MEC/SG/SEPLAN/SEEC/1989, p.16; MEC/SG/SEEC, 1990, p.9; MEC/SAG/FCPS/CIP, 1991, p.13; MEC/SAG/CPS/CIP, 1992, p.9; MEC/SAG/CPS/SEEC, 1993, p.13; MEC/SAG/CPS/SEEC, 1994, p.13; MEC/INEP/SEEC, 1997, tópico 24 e MEC/INEP/SEEC, 1998, p.9.

freqüentaram o C.A. (*Classe de Alfabetização*) no ano anterior (MEC/SPE/SEEC, 1996, Bloco 4)<sup>29</sup>. O questionário do Censo Escolar de 1996 trouxe mais uma novidade: atribuiu à classe de alfabetização o estatuto de nível de ensino. Assim, na parte 1 do questionário relativo ao *Cadastro da Escola*, no campo sobre os *Níveis de Ensino Ministrados*, encontram-se cinco alternativas: pré-escolar; **classe de alfabetização**; fundamental (1ª a 4ª); fundamental (5ª a 8ª) e médio (MEC/SPE/SEEC, 1996). Já os questionários de 1997 e 1998 adotam terminologia mais adequada, referindo-se a níveis/ modalidades de ensino (MEC/INEP/SEEC, 1998).

Uma tentativa de levantamento da conceituação efetivamente usada para preenchimento do questionário do censo escolar, realizada para fins deste trabalho junto aos serviços de estatística das Secretarias Estaduais de Educação (abril de 1996), foi pouco elucidativa: dos 22 questionários enviados, retornaram 50%, e que repetiam, de um modo geral, conceituações equivalentes àquelas contidas nos questionários do censo escolar, a saber:

*Educação pré-escolar: é a educação destinada à formação da criança de idade inferior aos 7 anos [sendo ministrada em escolas maternas, jardins de infância e instituições congêneres].*

*Classe de alfabetização – conjunto de alunos que são reunidos, em uma sala de aula, para aprendizagem da leitura e da escrita “que não sejam alunos da 1ª série do ensino fundamental.”*

Algumas Secretarias Estaduais de Educação, como a da Paraíba, informaram não existirem oficialmente classes de alfabetização no Sistema Público Estadual de Ensino, (Ordem de serviço nº 01/96 SEEC da Paraíba). Em outros estados, porém, como no Amazonas, a situação era diversa. Assim, a Coordenadoria de Ensino da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas resolveu, através de Norma Pedagógica (nº 1/94, COE/SEDUC), estabelecer diretrizes “a serem observadas quanto

<sup>29</sup> A Norma Pedagógica nº 01/94 - COE/SEDUC do Estado do Amazonas (comentada mais adiante) prevê a possibilidade de retenção na classe de alfabetização, oficialmente incluída, naquele estado, na educação infantil.

ao atendimento da Educação Infantil” estabelecendo, entre outros aspectos: “A Educação Infantil está dividida em 1º Período (Crianças com 04 anos ou a completar até 03 após o início do ano letivo); 2º período (crianças com 05 anos ou a completar até 03 meses após o início do ano letivo) e Alfabetização (crianças de 06 anos ou a completar até 03 meses após o início do ano letivo até 13 anos)” (Norma Pedagógica nº 01/94 – COE/SEDUC, Estado do Amazonas, 1994, p. 15).

O Departamento de Educação Pré-Escolar e de Ensino do 1º Grau da Secretaria da Educação do Piauí forneceu informação mais completa:

*“01 – A conceituação que esta Secretaria usa sobre Pré-Escolar relativa a esse nível de ensino é: 1º período – 4 anos; 2º período – 5 anos; 3º período – 6 anos.*

*02 – A conceituação Classe de Alfabetização foi aplicada nas unidades escolares de forma indistinta, incluindo alunos da faixa etária da pré-escola como do 1º grau, ou seja, de 06 a 14 anos.*

*No entanto, a partir de 1995 essa conceituação foi eliminada ficando as crianças de 6 anos no 3º período da pré-escola e as de 7 a 14 anos, ainda não alfabetizadas, na 1ª série do 1º grau, com uma sistemática de ensino específica”*

*(Documento resposta, Secretaria da Educação do Piauí, 10 de abril de 1996).*

Um estudo mais exaustivo das classes de alfabetização foi feito pela COEDI/MEC em 1996 no contexto do **Diagnóstico sobre Educação Infantil** preparado para o II Simpósio Nacional de Educação Infantil (Vieira, 1996). A análise das respostas aos questionários enviados pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Assistência Social evidenciou a mesma diversidade de conceituação, objetivos e funções das classes de alfabetização, especialmente sua articulação com o ensino fundamental. Assim, algumas Secretarias Municipais de educação conceituam as classes de alfabetização como turmas intermediárias entre o pré-escolar e o ensino fundamental, onde as crianças aprendem a ler e a escrever, criando critérios de competência escolar (e não

apenas etários) para o ingresso no ensino fundamental. Por exemplo, respondendo à pergunta 50 do questionário preparado pela COEDI/MEC (*Há critérios para o acesso à primeira série do 1º grau? Quais são?*), a Secretaria Municipal de Parnaíba (Piauí) informou: *Crianças provenientes das classes de alfabetização que demonstrarem um aproveitamento de no mínimo 60% dos conteúdos ministrados* (Vieira, 1996). Observa-se, pois, a partir destas respostas uma reconceituação simultaneamente do direito de acesso ao ensino fundamental e da pré-escola: ao mesmo tempo em que a pré-escola se torna compulsória (passa a ser obrigatória para que a criança tenha acesso ao ensino fundamental), o ensino fundamental deixa de ser um direito universal (aberto apenas aos mais aptos).

Os questionários do censo escolar, no que<sup>30</sup> diz respeito à creche, à pré-escola e às classes de alfabetização, sofreram três grandes modificações a partir de 1986. A introdução de um bloco para coletar dados sobre classe de alfabetização ocorreu em 1986 e se manteve até o questionário aplicado em 1994. Os questionários aplicados em 1994, 1995 trataram do pré-escolar e das classes de alfabetização em bloco, separação que voltou a ocorrer no questionário de 1996. Ao analisar a *Tabela 6* daquela publicação, um analista desatento às notas metodológicas introdutórias da **Sinopse Estatística Educação Pré-escolar: Censo Educacional de 1994** (MEC/SEDIAE/SEEC, 1996) poderia concluir por um crescimento de 39,2% nas matrículas iniciais e uma alteração no perfil etário, alterações numéricas que dependeram, exclusivamente, como vimos, da modificação na conceituação do pré-escolar, que incluiu, naquele ano, também as classes de alfabetização.

---

<sup>30</sup> A **Sinopse Estatística da Educação Pré-escolar: Censo Educacional de 1994** contém uma nota em duas das tabelas de alunado, matrícula inicial (3.3.1 e 3.3.2) que deixa o leitor confuso: nota 5: "Os alunos de Classes de Alfabetização do Amazonas, Bahia e Rio de Janeiro foram somados aos de Educação Pré-Escolar" (MEC/SEDIAE/SEEC, 1996, p. 37 e 43). Não se sabe se em outros estados não mais existem classes de alfabetização, se a informação não foi enviada, o que ocorreu, afinal

**TABELA 4**  
DISTRIBUIÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL NO PRÉ-ESCOLAR\* POR IDADE.  
BRASIL, 1993, 1994 E 1996

Anos	Matrícula Total	IDADES				
		- 4 anos	4 anos	5 anos	6 anos	+ 6 anos
1993	4.086.112 (PE)	8,7	17,6	30,8	31,4	11,3
1994	5.686.727 (PE+CA)	6,4	13,3	25,4	31,9	22,9
1996	4.270.376 (PE)	6,4		83,0		10,6

Fontes: 1993, MEC/SPE/SEEC, processamentos especiais; 1994, Brasil, MEC/SEDIAE/SEEC (1996); 1996, MEC/INEP (1997).

Além da sugestão de que os dados sejam coletados da forma mais desagregada possível, seria conveniente que o SEEC/MEC esclarecesse, no próprio corpo das tabelas (por exemplo no cabeçalho), a conceituação empregada.

Este exemplo ilustra bem a inadequação, quase sempre observada, de estudos comparados internacionais com base em indicadores educacionais, a não ser que o pesquisador esteja absolutamente familiarizado com idiosincrasias e variabilidade das conceituações nacionais. Assim, a série histórica publicada pelo Anuário Estatístico da UNESCO contemplando o período 1980 – 1994 (UNESCO, 1995) inclui nos dados referentes ao Brasil, a partir de 1987, matrículas em pré-escolar e classes de alfabetização, sem fornecer informação ao leitor.

Cuidado equivalente deve ser tomado na interpretação dos dados de cobertura de educação infantil a partir de 1997, pois o cadastro passou a incluir as creches que funcionam em estabelecimentos que oferecem, também, educação pré-escolar. Assim a inclusão destas creches no cadastro de 1997 deu visibilidade para 348 mil matrículas que, até então, não eram computadas. Portanto, a comparação entre os dados de matrícula em educação infantil de 1996 e 1997 deve atribuir o aumento (Tabela 5) exclusivamente às alterações do cadastro e não à expansão do atendimento.

**TABELA 5**  
**MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO INFANTIL**  
**BRASIL, 1996 E 1997**

MODALIDADE	ANO	
	1996	1997
Creche	—	348 012
Pré-escola	4 270 376	4 292 208
Classe de Alfabetização	1 443 927	1 426 694
Total	5 714 303	6 006 914

Fontes: MEC/INEP (1997); MEC/INEP (1998).

Os questionários aplicados nos diferentes censos escolares também variaram quanto aos quesitos pesquisados. O questionário aplicado no período 1986 – 1989 incluía oito variáveis para pré-escolar e quatro para classes de alfabetização (Quadro 1.2 do censo escolar):

- entidade mantenedora, prevendo sete alternativas (Secretaria da Educação, Órgão Municipal de Educação, Secretaria de Serviço Social, Instituição Educacional Privada, Empresa, Universidade, Outra);
- pessoal auxiliar de professor, com e sem treinamento para pré-escolar, prevendo três alternativas: mães, estudantes, outros;
- pessoal auxiliar de professor, com e sem remuneração, prevendo três alternativas: mães, estudantes, outros;
- pessoal docente em exercício com e sem treinamento para pré-escolar por grau de formação;
- número de turmas por número de alunos: 1 a 30, 31 a 60, 60 e mais alunos;
- número de alunos por regime de permanência: tempo parcial, tempo integral;
- matrícula inicial por idade: menos de 4 anos, 4 anos, 5 anos, 6 anos, mais de 6 anos;
- matrícula final por idade no ano anterior.

Para as classes de alfabetização foram investigadas as variáveis:

- *peçoal docente em exercício por grau de formação;*
- *existência de orientação educacional;*
- *matrícula inicial por idade: menos de 6 anos, 6 anos, 7 anos, mais de 7 anos;*
- *matrícula final por idade incluindo os mesmos agrupamentos.*

O questionário aplicado no período de 1990 a 1993 manteve a desagregação entre pré-escolar e classe de alfabetização, reduzindo e simplificando, porém, o número de variáveis investigadas: seis para o pré-escolar e cinco para as classes de alfabetização:

- *peçoal docente em exercício, com e sem treinamento para pré-escolar, por grau de formação;*
- *peçoal auxiliar de professor com e sem treinamento (eliminaram-se as alternativas anteriores);*
- *número de turmas por turno, introduzindo-se cinco alternativas: 1º turno manhã, 2º turno, intermediário manhã, 3º turno tarde, 4º turno intermediário tarde, tempo integral;*
- *matrícula inicial por turno, com as mesmas alternativas do bloco anterior;*
- *matrícula inicial por idade: menos de 4 anos, 4 anos, 5 anos, 6 anos, mais de 6 anos;*
- *matrícula final.*

Para as classes de alfabetização, foram investigadas as seguintes variáveis:

- *peçoal docente em exercício, por grau de formação;*
- *número de turmas por turno, prevendo as mesmas variáveis do pré-escolar;*
- *matrícula inicial por turno;*
- *matrícula inicial por idade: menos de 6 anos, 6 anos, 7 anos, mais de 7 anos;*
- *matrícula final sem desagregar por idade;*
- *matrícula inicial por idade (menos de 4 anos, 4, 5, 6, 7 anos, mais de 7 anos) segundo o período – 1º, 2º, 3º período/CA, 3º período/CA (alunos que já freqüentavam no ano anterior);*

- *matrícula final no ano anterior por período (1º, 2º, 3º período/CA).*

No questionário de 1996, que foi todo remodelado, a classe de alfabetização foi reincorporada constituindo uma das alternativas para os "níveis de ensino" (pré-escolar, classe de alfabetização, fundamental de 1ª a 4ª, fundamental de 5ª a 8ª, médio – 2º grau). Naquele ano, todas as variáveis pesquisadas para o pré-escolar o foram, também, para as classes de alfabetização. Assim, manteve-se, do questionário anterior, a divisão do pré-escolar em períodos (definidos como "fases ou etapas do pré-escolar"): 1º, 2º, 3º períodos e classe de alfabetização. E, após muitos anos de ausência, foi reintroduzida a variável sexo qualificando a matrícula em todos os níveis de ensino. Quanto ao pré-escolar, foram investigadas seis variáveis:

- *número de turmas por período e horário de funcionamento dos turnos, esta última variável aberta (horário de início e de término do turno);*
- *matrícula inicial por período e horário de funcionamento dos turnos;*
- *matrícula inicial por período e ano de nascimento (antes de 1987, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e após 1992)<sup>31</sup>;*
- *matrícula inicial por período e sexo;*
- *matrícula final no ano anterior por período;*
- *número de professores, por grau de formação, segundo a capacitação.*

Pela primeira vez o questionário de 1997 apresentou a novidade, já assinalada, de introduzir a creche como um dos níveis/modalidades de ensino regular (MEC/INEP/SEEC, 1997, p. 9), mantendo a separação entre classe de alfabetização e pré-escola. O Bloco 4 é destinado à educação infantil e classe de alfabetização onde foram incluídos quatro campos:

---

<sup>31</sup> É possível que esta alteração na classificação das idades gere dificuldades na comparação com anos anteriores, quando a idade do aluno matriculado era calculada a partir dos anos completos de vida até uma data prefixada (coincidindo, aproximadamente, com o mês de aplicação do questionário).

- 1) número de turmas e matrículas e horários de funcionamento (questão aberta);
- 2) matrícula inicial na educação infantil e classe de alfabetização por ano de nascimento (uma única categoria para após 1994 e antes de 1989 e desagregação anual para os anos intermediários);
- 3) matrícula inicial na educação infantil e classe de alfabetização por sexo;
- 4) total de matrículas conveniadas na educação infantil e classe de alfabetização (tendo como alternativas conveniadas com o Estado; conveniadas com o município);
- 5) matrícula final na educação infantil e classe de alfabetização.

Os questionários dos Censos Escolares de 1997 e 1998 incluíram um novo bloco de perguntas sobre condições de funcionamento do estabelecimento escolar — **Bloco 2, caracterização física da escola** — contendo 11 importantes quesitos que permitem uma avaliação da qualidade: local de funcionamento; entidade proprietária do imóvel; área do imóvel; dependências existentes na escola; utensílios de copa/cozinha em uso na escola; abastecimento de energia elétrica; abastecimento de água e esgoto sanitário; programa dos quais a escola participa (Tabela 6).

**TABELA 6**  
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE PRÉ-ESCOLAR SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DA ESCOLA. BRASIL E REGIÕES, 1997.

	Total de Estabelecimentos	ESTABELECIMENTOS QUE NÃO DISPÕEM DE							
		Abastecimento de água		Energia Elétrica		Parque infantil		Sanitário Adequado	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Brasil	80 961	6 174	7,6	16 451	20,3	59 366	73,3	59 851	73,9
Norte	6 399	902	14,1	2 348	36,7	5 719	89,4	5 448	85,1
Nordeste	39 154	4 880	12,5	12 730	32,5	34 661	88,5	33 729	86,1
Sudeste	19 754	314	1,6	1 086	5,5	10 350	52,4	10 980	55,6
Sul	11 115	38	0,3	36	0,3	5 898	53,1	6 735	60,8
Centro-Oeste	4 539	40	0,9	251	5,5	2 738	6,03	2 959	65,2

Fonte: Censo Escolar 1997 (acionado através do sistema Internet, 17/09/98).

**QUADRO 2**  
**VARIÁVEIS INCLUIDAS NOS QUESTIONÁRIOS DOS CENSOS ESCOLARES**  
**1986 – 1998**

ANOS	PRÉ-ESCOLAR E CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO	IDADES	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO PROFESSOR	AUXILIAR PROFESSOR PRÉ-ESCOLA	TURNOS	PERÍODOS	SEXO	OUTRAS
1986		PE*: -4,4,5,6,+6 CA*: -6,6,7,+7	PE: sim CA: não	Tipo remuneração capacitação	Tempo parcial Tempo integral	Não	Não	PE: entidade mantenedora CA: OE*
1987	Desagregada							
1988								
1989								
1990	Desagregada	PE: -4,4,5,6,+6 CA: -6,6,7,+7	PE: sim CA: não	Tipo capacitação	4 turnos + tempo integral	Não	Não	
1991								
1992								
1993								
1994	Agregada	-4,4,5,6,7,+7	PE: sim CA: sim	Não	4 turnos + tempo integral	1º, 2º, 3º/CA, 3º/CA repetência	Não	
1995								
1996	Desagregada	Ano de nascimento: antes de 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, após 1992	PE: sim CA: não	Não	. início . término	1º, 2º, 3º, CA, alunos que já frequentaram CA no ano anterior	Sim	Não
1997	Desagregada + Creche	Ano de nascimento	PE: sim CA: sim	Não	. início . término	Não	Sim	Características físicas da escola
1998	Desagregada + Creche	Ano de nascimento	PE: sim CA: sim	Não	. início . término	Não	Sim	Características físicas da escola

\* PE - Pré-escolar; CA - Classe de Alfabetização; OE\* - Orientação Educacional.

Quanto ao nível territorial de desagregação, os dados coletados pelos censos escolares permitem sempre a obtenção de informações sobre os municípios que podem, então, ser agrupadas por estados e macro-regiões. Pelas análises efetuadas pode-se concluir quanta cautela é necessária para se interpretarem estatísticas sobre educação infantil. Pode-se, também, perceber significados associados às alterações nos questionários do censo escolar. A inclusão de **períodos** e a figura da **repetência** sugerem o reconhecimento de uma modificação sub-reptícia na concepção de educação pré-escolar, aproximando-a do ensino fundamental: parece que os sistemas de ensino estão introduzindo, na pré-escola brasileira, a seriação através dos períodos e a cultura da repetência do ensino fundamental.

Estes dados — como vimos, muitas vezes baseados em amostras, instrumentos, conceituação diversos e complexos — são usados para o cálculo de indicadores educacionais. Isto é, “medidas estatísticas que **refletem diferentes** aspectos do sistema educacional” (MEC/INEP/SINED, 1995, p. 10, grifos meus). Para que estas medidas “reflitam diferentes aspectos do sistema educacional”, como afirma o documento, é necessário, além de todo o cuidado assinalado até agora (caso contrário o dado reflete sobre tudo artifícios metodológicos desprovidos de base no real), atentar-se para as medidas estatísticas mais adequadas em educação infantil. Em decorrência das particularidades deste nível educacional, a bateria de indicadores educacionais habitualmente usada para outros níveis de ensino (ver MEC/INEP/SINED, 1995) deve ser ajustada, como discutiremos no próximo tópico.

#### **4. Indicadores de educação infantil**

Um dos indicadores mais freqüentemente usados para avaliação de políticas de educação infantil é o índice de cobertura do atendimento ou taxa (índice) de escolaridade/atendimento.

O índice de cobertura é calculado através de fórmula  $A : B \times 100$  onde A representa o número de matrículas/pessoas naquele nível de ensino/educação e B o número de pessoas que deveria

freqüentar aquele nível de ensino/educação. Assim, o índice de cobertura da educação infantil tem sido habitualmente calculado: A, freqüência/matrículas em educação infantil; B, população de 0 a 6 anos.

Ora, se o cálculo do índice de cobertura é usado como instrumento para avaliar o quanto expandiu-se e é necessário ainda expandir o atendimento no país deve-se considerar que:

- dentre as crianças de 5 e 6 anos, além das que estão na pré-escola, um número significativo já se encontra no ensino fundamental;
- dentre as crianças que estão na pré-escola, um número significativo delas tem 7 anos ou mais;
- existem, no país, as classes de alfabetização que também acolhem crianças tendo menos de 6 anos e 7 anos ou mais;
- há fortes indícios de que as crianças com idade inferior a 4 anos são mais dificilmente captadas pelo cadastro dos censos escolares.
- Neste sentido, parece-nos inadequado construir-se índices de cobertura que:
  - apenas considerem o atendimento de crianças até 6 anos em estabelecimentos de educação infantil;
  - sejam calculados com base em dados de matrícula inicial dos censos escolares para toda faixa de 0 a 6 anos;
  - desconsiderem as faixas de idade acima dos 6 anos freqüentando a educação infantil;
  - desconsiderem as crianças de 5 e 6 anos freqüentando o ensino fundamental.

Isto dito, pode-se concluir que, de modo geral, os índices de cobertura em circulação no país tendem a subestimar o atendimento educacional (educação infantil mais ensino fundamental) para as crianças de até 6 anos de idade e a descuidar-se da inadequação (ou não sincronia) idade/grau para crianças com 7 anos e mais freqüentando estabelecimentos de educação infantil.

A construção de índices de cobertura, com base de dados de matrícula inicial dos censos escolares, enfrenta um outro

problema: a agregação das idades prevista nos questionários do censo escolar para o pré-escolar, classe de alfabetização e ensino fundamental (Quadro 3).

QUADRO 3  
AGREGAÇÃO DAS IDADES NOS QUESTIONÁRIOS DO CENSO ESCOLAR  
POR NÍVEL EDUCACIONAL

NÍVEL EDUCACIONAL	IDADES PREVISTAS										
	-4	4	5	-6	6	+6	-7	7	+7	8	9
Pré-escolar	+	+	+	-	+	+	-	-	-	-	
Classe de alfabetização	-	-	-	+	+	-	-	+	+	-	-
Ensino fundamental	-	-	-	-	-	-	+	+	-	+	+

Ou seja, nas faixas de idade que interessam simultaneamente a estes três níveis educacionais (possivelmente dos 5 aos 11 anos), apenas em duas delas (6 e 7 anos) dispõe-se de dados simultaneamente sobre pelo menos dois níveis educacionais e para nenhuma delas sobre os três níveis educacionais.

A construção de índices de cobertura para o período intercensitário (1980 – 1991) enfrenta mais um outro obstáculo: o viés nas estimativas sobre a população brasileira corrigido pelo Censo Demográfico de 1991. Como se sabe, os resultados do Censo de 1991 indicaram que a população brasileira seria menos numerosa que aquela que vinha sendo estimada através das PNADs. Portanto, para o período considerado, os índices de cobertura relacionando dados colhidos por fontes diversas (matrícula inicial através do SEEC/MEC e população infantil através do IBGE) tenderiam a ser subestimados, na medida em que usaram como base uma estimativa da população acima da real. Em decorrência dessa mesma tendência à queda de natalidade no Brasil, que afeta de imediato a pirâmide etária em sua base (crianças menores), a interpretação do aumento do índice de cobertura da educação infantil deve levar em consideração, simultaneamente, a expansão do atendimento e a

diminuição da população de crianças de até 6 anos de idade. O aumento na taxa de cobertura pode ser determinado pela diminuição do número de crianças e não pela expansão do atendimento.

Por estas razões, parece mais adequado utilizarem-se ambas as fontes de dados de forma complementar: os índices de cobertura e a composição do perfil do usuário serem construídos a partir de dados coletados pelo IBGE; a descrição e a análise do processo de expansão do atendimento, especialmente no que diz respeito a indicadores de qualidade, basearem-se, principalmente, em informações consolidadas pelo SEEC/MEC.

O índice de cobertura, por si só, não constitui um bom indicador para avaliar o progresso da educação infantil no país, em um estado ou município. Em primeiro lugar, é necessário avaliar se o índice de cobertura responde ao princípio de igualdade de oportunidades: se a expansão vem ocorrendo dado de modo equânime para meninos e meninas, residentes em zona rural e urbana, brancos e negros, provenientes de famílias dos diferentes estratos sócio-econômicos. A construção e comparação de índices de cobertura para os diferentes segmentos sociais possibilita esta avaliação. Porém, isto não é suficiente.

Como enunciei em trabalho anterior (Rosemberg, 1999), a expansão da educação infantil não significa obrigatoriamente um processo de democratização da educação, mas pode significar *uma realocação no sistema educacional de segmentos sociais excluídos*: a cobertura pôde ser expandida, no Brasil, em parte, graças à incorporação no sistema de professoras leigas; o sistema apresenta distorções de adequação idade/nível educacional. Portanto, é necessário qualificar o índice de cobertura, ou seja, construir indicadores de qualidade.

No momento atual, os indicadores de qualidade que podem ser construídos com base nos dados disponíveis são: nível de instrução dos docentes de educação infantil; número de crianças por docente de acordo com seu nível de instrução; número de crianças ( ou de matrículas) freqüentando o nível educacional esperado para essa idade; condições físicas de funcionamento das escolas.

A associação entre tais indicadores de qualidade e o índice de cobertura é que permitirão uma avaliação das metas. É apenas quando se associam estes indicadores de qualidade aos índices de cobertura que se pode avaliar políticas de educação infantil e estabelecer novas metas, seja para expansão da oferta, seja para realocação de vagas, seja para melhorar a qualidade do atendimento. Traduzindo em miúdos. Esta associação entre índices de cobertura e indicadores de qualidade permitirá que se pergunte qual a melhor opção: expandir o número de vagas em creches, pré-escolas, classes de alfabetização e primeiras séries do ensino fundamental para crianças fora da idade, acolhidas em estabelecimentos que não dispõem de sanitários adequados, cujo corpo docente comporta um grande número de leigos; ou adequar a expansão a parâmetros aceitáveis de qualidade. Se isto pode lembrar o filme **O dilema de Sofia** (sacrificar um dos filhos para salvar o outro), restaria ainda a alternativa de batalhar por recursos adequados às necessidades deste nível educacional. Mesmo que isto seja visto como blasfêmia nos últimos tempos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### TEXTOS

- BARCELOS, L. C. Educação e desigualdades raciais no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.86, p. 15-24, ago. 1993.
- BARRETO, A. M. R. F. **A retenção das crianças com 7 anos ou mais na pré-escola e classes de alfabetização: um problema a se enfrentar**. Brasília: MEC/COEDI, s/d. (mimeo).
- BEMFAM. **Pesquisa Nacional sobre demografia e saúde 1996**. Rio de Janeiro: BEMFAM, 1997.
- BRASIL. MEC/INEP/SINED. **Bateria de indicadores educacionais. Fontes estatísticas educacionais**. Brasília: Boletim de Indicadores Educacionais, n.3, 1995.
- BRASIL. MEC/SAG. **A educação no Brasil na década de 80**. Brasília, 1990.

- BRASIL. MEC/SAG/CPS/CIP. **Sinopse estatística de classes de alfabetização e educação pré-escolar 1987.** Brasília: MEC/SAG/CPS/CIP, 1990.
- BRASIL. MEC/SAG/CPS/CIP. **Sinopse estatística de classes de alfabetização e educação pré-escolar 1988.** Brasília: MEC/SAG/CPS/CIP, outubro, 1991.
- BRASIL. MEC/SAG/CPS/SEEC. **Sinopse estatística de classes de alfabetização e educação pré-escolar 1991.** Brasília: MEC/SAG/CPS/SEEC, julho, 1994.
- BRASIL. MEC/SAG/CPS/SEEC. **Sinopse estatística de classes de alfabetização e educação pré-escolar 1992.** Brasília: MEC/SAG/CPS/CIP, outubro, 1994.
- BRASIL. MEC/SAG/CPS/SEEC. **Sinopse estatística de classes de alfabetização e educação pré-escolar: Censo Educacional 1992.** Brasília: MEC/SAG/CPS/CIP, 1994.
- BRASIL. MEC/SEDIAE/SEEC. **Sinopse estatística: educação pré-escolar 1994.** Brasília: MEC/SEDIAE/SEEC, 1996.
- BRASIL. MEC/SEEC. **Manual de instrução do questionário do levantamento anual sobre educação pré-escolar e/ou ensino regular de 1º grau (escolas de duas ou mais salas de aula) e ensino regular de 2º grau, 1989.**
- BRASIL. MEC/SG/SAEP. **Retrato do Brasil. Educação. Cultura. Desportos 1970-1990. V. 1.** Brasília: MEC/SG/SAEP, 1985.
- BRASIL. MEC/SG/SEEC. **Dados pré-escolar, 1º e 2º graus – estimativas 1984/86.** Brasília: MEC/SG/SEEC, 1985.
- BRASIL. MEC/SG/SEEC. **Sinopse da educação pré-escolar 1984.** Brasília: MEC/SG/SEEC., 1986.
- BRASIL. MEC/SG/SEEC. **Sinopse estatística do ensino de pré-1º Grau 69/75.** Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1977.
- BRASIL. MEC/SG/SI/SEEC. **Sinopse estatística da educação pré-escolar 76/78.** Brasília: MEC/SG/SI/SEEC, 1981.
- BRASIL. MEC/INEP. **Sinopse estatística 1996.** Brasília: INEP, 1997.
- BRASIL. MEC/INEP. **Sinopse estatística da educação básica. Censo escolar 97.** Brasília: INEP, 1998.

- BRASIL. MEC/INEP. **Censo escolar 1998**. Brasília: INEP, 1999.
- BRASIL. MEC/INEP. **Informe estatístico da educação básica. Evolução recente das estatísticas da educação básica no Brasil**. INEP, Internet, 17/09/98.
- BRASIL. MEC/INEP. **Controle de qualidade do Censo Escolar 1997**. Brasília: INEP, s/d.
- BRASIL. MEC/INEP/DIEE. **Censo do professor 1997**. Versão preliminar. Brasília: MEC/INEP, 1998.
- BRASIL. MEC/INEP. **Plano de trabalho 1998**. Brasília: INEP, 1998.
- BRASIL. MEC/SEF/DDPEI/COEDI. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. Brasília: MEC, 1998.
- CENTRO de Cultura Luiz Freire/Grupo Alternativas Educacionais. **Uma Estratégia de sobrevivência na região metropolitana do Recife**. Olinda: CCLF, 1994.
- CAMPOS, M. M., ROSEMBERG, F., FERREIRA, I. M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1993.
- CAMPOS, M. M. CPI da mulher. **Depoimento apresentado à Comissão Parlamentar de Inquérito CPI da Mulher**. V. 1. Brasília: Senado Federal, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Infância abandonada – o piedoso disfarce do trabalho precoce**. In: José de Souza Martins (coord.) **O Massacre dos inocentes**. São Paulo: HUCITEC, 1991, p.117-154.
- COBRA, C. **Relatório da primeira reunião do grupo consultivo para o estudo sobre as crianças de 0 a 6 anos no Brasil**. Brasília: Banco Mundial, 1998. (mimeo).
- COSTA, J. R. DA. Sistema de informações na educação infantil. In: I Simpósio Nacional de Educação Infantil. **Anais**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994, p. 78-79.
- DIAS, A. M. I. & Loiola, F. A (org.) **A Questão da pré-escola no Ceará: a classe de alfabetização**. Fortaleza : AMECE/ UNICEF/UFC, 1993. Mimeo.
- GRAGNANI, A. M. C. Et Al. Creches e berçários em empresas paulistas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 57, p. 39-54, maio 1986.

- KAPPEL, M. B. Sistema de informações na educação infantil. In: I **Simpósio Nacional de Educação Infantil**. Anais. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994, p.74-75.
- IBGE. **Anuário estatístico do Brasil 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Catálogo do IBGE**. V. 1/2. Informações estatísticas, Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Censo demográfico 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991a.
- \_\_\_\_\_. **Contagem da população 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997, vol. I.
- \_\_\_\_\_. **Para compreender a PNAD** (um texto simplificado) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 1991b.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1976**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1982**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1987**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1988**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1989**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1990**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1998**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

- IBGE. **Série relatórios metodológicos. 1986.** v.2. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Crianças e adolescentes: indicadores sociais.** Rio de Janeiro: IBGE, 1992. v. 4.
- \_\_\_\_\_. **Contagem da População – 1996.** Rio de Janeiro: IBGE, 1997, v. 1.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa sobre Padrões de Vida.** CDROM. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- INAN. **Pesquisa nacional sobre saúde e nutrição.** Resultados preliminares. Rio de Janeiro: INAN/IPEA/IBGE, 1990.
- IPEA. **Desenvolvimento da primeira infância.** S/L: IPEA, 1999. (mimeo).
- LEVISON, D. **Child care in Metropolitan Brazil.** S/L: World Bank, 1989. Mimeo.
- NASCIMENTO FILHO, G. A. Demografia e educação infantil: o tema da infância nos sistemas nacionais de estatística e informações. In: IV Simpósio Latino-Americano de atenção à criança de 0 a 6 anos. **Anais.** Brasília: MEC, 1996, p.415-424.
- OPERTTI, R. El ajuste de la encuesta de hogares para el diseño de políticas de infancia. In: IV Simpósio Latino-Americano de atenção à criança de 0 a 6 anos. **Anais.** Brasília: MEC, 1996, p.410-415.
- PBH/CEDEPLAR/UFGM. **Pesquisa demanda por atendimento educacional à população menor de oito anos de idade em Belo Horizonte.** (Versão preliminar do relatório final). Belo Horizonte: BH/PBH/CEDELAR/UFGM, 1999. Mimeo.
- PMBH. **Projeto para melhoria dos dados municipais em educação infantil.** Belo Horizonte, PMBH, 1998. (mimeo).
- RIBEIRO, R. **A PNAD como instrumento para o estudo de situação do menor no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, s.d. Mimeo.
- ROSEMBERG, F. A Criação de filhos pequenos: tendências e ambigüidades contemporâneas. In: RIBEIRO, Ivete e RIBEIRO, Ana C. T. (org.) **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1995, p.167-190.

- ROSEMBERG, F. Sistema de informações sobre educação infantil no Brasil. In: IV Simpósio Latino-Americano de Atenção à Criança de 0 a 6 Anos. **Anais**. Brasília: MEC, 1996, p. 401-410.
- \_\_\_\_\_. **A Expansão da educação infantil e processos de exclusão**. Relatório de Pesquisa. São Paulo/FAPESP, 1997. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. Raça e educação inicial. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.º 77, p.25-34, maio 1991.
- \_\_\_\_\_. Relações raciais e rendimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.º 63, p.19-23, nov.1987.
- \_\_\_\_\_. 0 a 6: desencontro de estatísticas e atendimento. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.º 71, p.36-48, novembro 1989.
- ROSEMBERG, F.; PINTO, R. P. Criança pequena e raça na PNAD 87. **Textos FCC** n.º 13. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1997.
- THIESSEN, M. L. **A Posição dos Conselhos Estaduais de Educação Infantil sobre educação infantil**. Brasília: MEC/COEDI, 1994. (mimeo).
- UNDIME. **O FUNDEF na avaliação da UNDIME**. Brasília: UNDIME, 1999. Mimeo.
- UNESCO. **Rapport mondial sur l'éducation: 1995**. Paris: UNESCO, 1995.
- VIEIRA, L. M. F. Integração de programas de creches e pré-escolas e articulação com o ensino fundamental In: **II Simpósio Nacional de Educação Infantil**. Brasília, 1996 (versão preliminar).

#### *INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS*

##### **Questionários dos Censos Educacionais/Escolares**

- ✓ MEC/SG/SEEC, 1986.
- ✓ MEC/SG/SEEC, 1987.
- ✓ MEC/SG/SEPLAN/SEEC, 1988.
- ✓ MEC/SG/SEPLAN/SEEC, 1989.

- ✓ MEC/SG/SEEC, 1990.
- ✓ MEC/SAG/FCPS/CIP, 1991.
- ✓ MEC/SAG/CPS/CIP, 1992.
- ✓ MEC/SAG/CPS/SEEC, 1993.
- ✓ MEC/SAG/CPS/SEEC, 1994.
- ✓ MEC/SPE/SEEC, 1996.
- ✓ MEC/INEP/SEEC, 1997.
- ✓ MEC/INEP/SEEC, 1995.

#### **Questionários do IBGE**

- ✓ IBGE Questionário do Censo 2000 (2º versão), 1999.
- ✓ IBGE/DPE/DEPIS. Questionário da pesquisa sobre padrões de vida, fev.1996.
- ✓ IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. PNAD de 1995. Questionário da pesquisa básica.
- ✓ IBGE. Recenseamento geral do Brasil. 1991. Censo demográfico.
- ✓ IBGE. Contagem da população – 1996.

